



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
IF BAIANO *CAMPUS* ALAGOINHAS**

CNPJ: 10.724.903/0011-40

Rua Manoel Romão, 150, Alagoinhas Velha. CEP: 48030-530. Alagoinhas/BA  
(75) 3421-4511 / 3422-6122 / [gabinete@alagoinhas.ifbaiano.edu.br](mailto:gabinete@alagoinhas.ifbaiano.edu.br)

**RELATÓRIO FINAL DO ESTUDO DE DEMANDA PARA  
CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS NO IF BAIANO –  
*CAMPUS* ALAGOINHAS**

**Alagoinhas – BA  
Junho de 2021**

**REITOR**

Aécio José Araújo Passos Duarte

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

Ariomar Rodrigues dos Santos

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

Rafael Oliva Trocoli

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO**

Luciana Helena Cajas Mazzutti

**PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Hildonice de Souza Batista

**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

Leonardo Carneiro Lapa

**DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* ALAGOINHAS**

José Renato Oliveira Mascarenhas

**DIREÇÃO ACADÊMICA**

Jamyle Rocha Ferreira Souza

**DIREÇÃO ADMINISTRATIVA**

Robson de Souza Santos

## LISTA DE SIGLAS

**ASCOM** – Assessoria de Comunicação  
**AEE** – Atendimento Educacional Especializado  
**CAGED** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
**CAR** – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional  
**CEFET** – Centros Federais de Educação Tecnológica  
**CNCT** – Catálogo Nacional de Cursos técnicos  
**CNCST** – Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologias  
**CODETER** – Colegiado de Desenvolvimento Territorial  
**DG** - Direção Geral  
**EAD** - Educação a Distância  
**EBDA** – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola  
**EBTT** – Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico  
**ED** – Estudo de Demanda  
**EPT** – educação profissional e tecnológica  
**EPTNM** – Educação Profissional Técnica de Nível Médio  
**EJA** – Educação de Jovens e Adultos  
**FIC** – Formação Inicial Continuada  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano  
**IF** – Institutos Federais  
**IFBA** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia  
**IF BAIANO** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano  
**INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
**MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
**MEC** – Ministério da Educação  
**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego  
**NAPNE** - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais  
**NTE** – Núcleo Territorial de Educação  
**PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional

**PNEEs** – Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas  
**PIB** – Produto Interno Bruto  
**PNADC** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua  
**PRODIN** - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
**PROEJA** – Programa de Educação de Jovens e Adultos  
**RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais  
**SEFAZ** – Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia  
**SESC** – Serviço Social do Comércio  
**SEI** – Sistema Eletrônico de Informações  
**SEPLAN** - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia  
**TAE** – Técnico Administrativo em Educação  
**TLNAB** – Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano  
**UNEB** – Universidade Estadual da Bahia  
**UNIRB** – Centro Universitário Regional do Brasil  
**UNIJORGE** – Centro Universitário Jorge Amado  
**UNOPAR** - Universidade Norte do Pará  
**UTFPR** – Universidade Federal do Paraná

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

### Lista de Figuras

<b>Figura 1</b> – Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano – TLNAB (2016) .....	<b>11</b>
---	-----------

### Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> – PIB do Território do Litoral Norte e Agreste Baiano de 2010-2018 .....	<b>13</b>
<b>Gráfico 2</b> – Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do TI Litoral Norte e Agreste Baiano (200 e 2010) .....	<b>22</b>
<b>Gráfico 3</b> – Coeficiente de Gini na Bahia, TI Litoral Norte e Agreste Baiano e municípios do TI (2010) .....	<b>23</b>
<b>Gráfico 4</b> – População em extrema pobreza Bahia, TI Litoral Norte e Agreste Baiano e municípios do TI (2010) .....	<b>24</b>
<b>Gráfico 5</b> – Estoque de Empregos por Grupamento de Atividades Econômicas no Município de Alagoinhas .....	<b>30</b>
<b>Gráfico 6</b> – Respondentes que possuem necessidades Específicas .....	<b>46</b>
<b>Gráfico 7</b> – Distribuição dos Respondentes por Sexo .....	<b>47</b>
<b>Gráfico 8</b> – Faixa etária dos respondentes do Estudo de Demanda do IF Baiano – <i>Campus Alagoinhas</i> .....	<b>47</b>
<b>Gráfico 9</b> – Localidade de origem do público respondente do Estudo de Demanda do IF Baiano – <i>Campus Alagoinhas</i> .....	<b>48</b>
<b>Gráfico 10</b> – condições de habitação do respondente por domicílio .....	<b>49</b>
<b>Gráfico 11</b> – Número de moradores por domicílio do respondente ao Estudo de Demanda do IF Baiano – <i>Campus Alagoinhas</i> .....	<b>50</b>
<b>Gráfico 12</b> – Renda mensal por núcleo habitacional do respondente do Estudo de Demanda do IF Baiano – <i>Campus Alagoinhas</i> .....	<b>51</b>
<b>Gráfico 13</b> – Identificação dos Grupo Sociais respondentes ao Questionário do Estudo de Demanda do IF Baiano – <i>Campus Alagoinhas</i> .....	<b>52</b>

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

### Lista de Quadros

**Quadro 1** – Unidades de Ensino da Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica no Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano .....**34**

**Quadro 2** – Quantidade de respondentes que fizeram uso de libras no questionário .....**45**

### Lista de Tabelas

**Tabela 1** – População do Território do Litoral Norte e Agreste Baiano 2010 e 2020 .....**12**

**Tabela 2** – PIB e PIB per capita na Bahia e No TLNAB (2018) .....**14**

**Tabela 3** – PIB da Bahia e Municípios do TLNAB com Estrutura Setorial dos Valores Adicionados (2018) .....**15**

**Tabela 4** – Estoque de emprego formal segundo os setores da atividade econômica na Bahia, TI Litoral Norte e Agreste Baiano e Municípios do TI (2019)..... **18**

**Tabela 5** – Dados da Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Território do Litoral Norte .....**20**

**Tabela 6** – Série histórica do PIB, PIB per capita e Estrutura Setorial dos Valores Adicionado em Alagoinhas, BA (2010 – 2018) ..... **28**

**Tabela 7** – Cursos de Nível Médio ..... **53**

**Tabela 8** – Cursos Tecnológicos de Nível Superior ..... **55**

**Tabela 9** – Cursos de Licenciatura ..... **55**

## SUMÁRIO

Lista de Siglas .....	III
Lista de Figuras .....	V
Lista de Gráficos .....	V
Lista de Quadros .....	VI
Lista de Tabelas .....	VI
<b>1. Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>2. Caracterização Socioeconômica do Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano .....</b>	<b>11</b>
<b>3. Caracterização do Município de Alagoinhas .....</b>	<b>26</b>
<b>4. A Educação no Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano e no Município de Alagoinhas – BA .....</b>	<b>32</b>
4.1 Caracterização do IF Baiano – <i>Campus</i> Alagoinhas .....	35
<b>5. Metodologia .....</b>	<b>39</b>
5.1 Estudo das Condições Socioeconômicas.....	40
5.2 Análise dos Catálogos pelo GTED .....	40
5.3 Questionário da Pesquisa de Demanda Interna .....	41
5.4 Questionário da Pesquisa de Demanda Externa.....	43
<b>6. Resultados .....</b>	<b>45</b>
<b>7. Considerações Finais .....</b>	<b>56</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>58</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Diante das diversas inovações no âmbito informacional e o desenvolvimento do meio técnico-científico, o Brasil vem acompanhando com atenção a necessidade de investir em educação profissionalizante. Em 2008, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ou somente, Rede Federal.

A criação da Rede Federal, redesenhou o projeto de educação ofertada a nível multiterritorial, interiorizando e ampliando as possibilidades de educação profissional e tecnológica no Brasil. De acordo com dados do Ministério da Educação – MEC, Brasil (2019), a Rede Federal conta com mais de 661 unidades de ensino profissionalizantes distribuídas em 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Institutos Federais (IF), Universidade Federal do Paraná (UTFPR), o Colégio Pedro II e 22 escolas técnicas vinculadas a universidades federais.

Os Institutos Federais (IFs) são instituições recentes, que funcionam de forma multicampi (organizadas desde polos de inovação e *Campus* avançado até estruturas físico-administrativas mais robustas, como os campi e a reitoria). Os cursos de educação profissional e tecnológica (EPT), em variados níveis e modalidades, ofertam cursos em eixos tecnológicos distintos, e para além destas circunstâncias, colocam no radar da comunidade licenciaturas, cursos tecnológicos e cursos de pós-graduação.

O Estado da Bahia, conta com dois institutos: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano. Os dois institutos são organizados de forma multicampi, buscando cobrir todo território estadual, ofertando ensino médio e superior, sempre orientado para o viés Profissional e tecnológico. É importante ressaltar que estes buscam atender essas demandas regionais, através do tripé ensino, pesquisa e extensão, mas sem perder de vista a formação humanística e crítica.

Um Estudo de Demanda – ED, enquanto produto de pesquisa investigativa, traz à baila indicadores socioeconômicos, políticos, culturais e identitários de fundamental importância para elaboração de políticas de atuação a nível territorial. O conjunto de informações aí elencados, quando bem



utilizados, orienta a formulação de estratégias e gestão mais eficientes, com melhores investimentos e intervenções educacionais mais assertivas, aumentando as possibilidades de um desenvolvimento regional equilibrado à valores sociais mais inclusivos. Cabe registrar que para além das atividades relacionadas ao ensino, o estudo de demanda também orienta vetores de pesquisa e extensão junto à comunidade do território de identidade.

O presente documento tem por objetivo apresentar os resultados do Estudo de Demanda para implantação de novos cursos no âmbito do IF Baiano – *Campus* Alagoinhas. Este estudo procura refletir quais os anseios da comunidade do Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano – TLNAB, e no tocante a implantação de cursos técnicos de nível médio e superior (como Licenciaturas e Tecnológicos), este documento pretende apontar horizontes e auxiliar na tomada de decisão do *Campus* Alagoinhas.

Para além das características supracitadas, um Estudo de Demanda, configura um importante passo no processo de consolidação de um *Campus*, porque para além de orientar a oferta de cursos, que possa atender as demandas substanciais de uma determinada comunidade, ele dialoga com a realidade e a possibilidade de verticalização dos mesmos, e isso resulta na ampliação do *Campus*. De acordo com o **Art. 1º da Resolução N° 48, de 17 de dezembro de 2014:**

Para criação de cursos presenciais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), a Direção Geral (DG) do *Campus* deverá solicitar a realização de um Estudo de Demanda, mediatizado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), garantido-se a participação das comunidades interna e externa, bem como a realização de audiência pública, para indicações de cursos a serem ofertados pelo *Campus*. (IF BAIANO, 2014)

O *Campus* Alagoinhas faz parte de um processo de expansão da Rede Federal, e teve sua autorização de funcionamento em 2013. Neste mesmo período começaram as movimentações para confecção do Estudo de Demanda para implantação de cursos no âmbito do *Campus* Alagoinhas, os resultados do Estudo foram publicados em 2014. O *Campus* vinha ofertando a comunidade cursos na Formação Inicial e Continuada – FIC, como por exemplo: Redação

Oficial; Preparador de Linguiça para Churrasco; Produção de Hortaliças; Preparador de Doce de Leite e etc.

Em conformidade com a resolução supramencionada, o Estudo de Demanda do IF Baiano – *Campus* Alagoinhas subsidiou a abertura das atividades educativas através de curso Técnico em agroindústria na modalidade subsequente no ano de 2017, e para além deste, hoje o IF Baiano – *Campus* Alagoinhas opera com os cursos técnico em agroecologia (em atividade desde 2018) e a Especialização em ensino de ciências e matemática (em atividade desde 2019).

Diante do exposto, com a intenção ampliar a atuação do instituto na região e de diversificar a oferta de cursos dentro do referido *Campus*, o objetivo geral deste estudo é identificar as demandas territoriais do TLNAB, por meio de uma análise multidimensional (socioeconômica, cultural, educacional, política, etc.) da do espaço regional, e a partir desta indicar cursos técnicos e de nível superior que possam atender essas demandas.

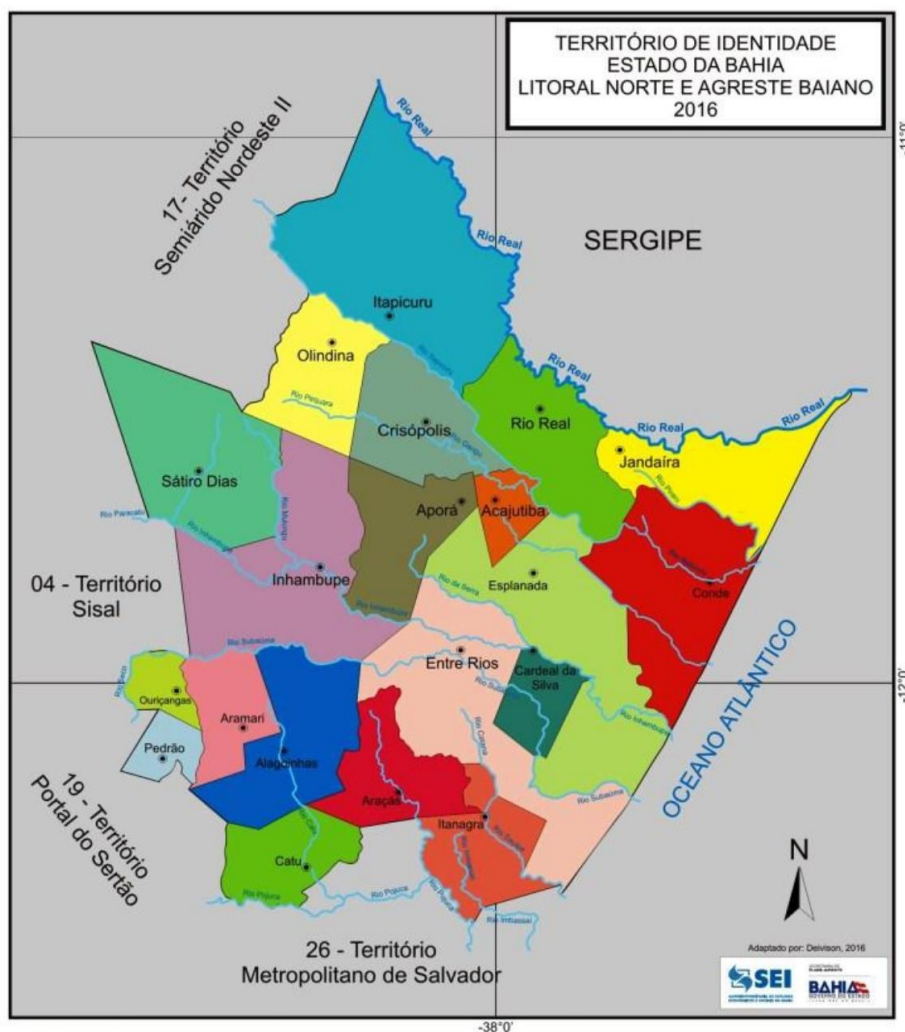
Para atender ao objetivo geral deste estudo, foi preciso estabelecer alguns objetivos específicos, tais como:

- I. Levantar os indicadores socioeconômicos da região para caracterizar as dinâmicas sociais aí presentes;
- II. Estabelecer canais de comunicação mais próximos com a comunidade, estimulando a participação na discussão das ações do IF e no planejamento das atividades territoriais;
- III. Verificar quais os principais vetores de desenvolvimento econômicos e forças produtivas da região para identificar possíveis propostas de cursos correlacionados a estes vetores que possam potencializá-las;
- IV. Orientar o planejamento de ofertas de cursos no IF Baiano – *Campus* Alagoinhas conforme realidade observada, subsidiando a adoção de políticas de gestão que possam contemplar às demandas do Território do LNAB.
- V. Estabelecer uma relação mútua de desenvolvimento do Território do Litoral Norte e Agreste Baiano e fortalecimento do IF Baiano – *Campus* Alagoinhas, através da utilização do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, ajustando-a as necessidades do território.

## 2. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECÔNOMICA DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO

O Território do Litoral Norte e Agreste Baiano – TLNAB está localizado na porção nordeste do Estado da Bahia, e faz limites com a Região Metropolitana de Salvador ao Sul; a oeste com os territórios de identidade do Portal do Sertão e do Sisal; ao Norte com o Território do Semiárido Nordeste II e com o Estado de Sergipe, e ao leste o oceano Atlântico. E de acordo com a Secretaria Estadual do Planejamento – SEPLAN, sua extensão total é de 14.517,73 km<sup>2</sup> e corresponde a aproximadamente 2,4% do tamanho do estado (SEPLAN).

**FIGURA 1 – Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano – TLNAB (2016)**



**Fonte:** adaptado da SEPLAN, 2016.

O referido território é composto por 20 municípios. São eles: Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Rio Real, Sátiro Dias (*ver imagem 1*).

De acordo com a estimativa populacional para o ano de 2020, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, residem nessa região aproximadamente 584.427 habitantes, um aumento de 7,24% em relação aos valores registrados no último censo realizado em 2010, cujo a população do território era de 554.987 habitantes (*ver tabela 1*). Ainda segundo o censo, destes 281.615 eram do sexo feminino e 273.372 eram do sexo masculino. O censo ainda aponta os municípios de Alagoinhas, Catu, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe e Rio Real, como os mais populosos no território.

**Tabela 1** – População do Território do Litoral Norte e Agreste Baiano 2010 e 2020

Município	Área (em KM²)	Censo de 2010			População estimada [2020]
		População Total (hab.)	População Rural (hab.)	População Urbana (hab.)	
Acajutiba	180.15	14.653	1.879	12.774	15.187
Alagoinhas	752.38	141.949	17.907	124.042	152.327
Aporá	561.83	17.731	9.226	8.505	17.788
Araçás	487.12	11.561	5.754	5.807	12.208
Aramari	329.65	10.036	4.911	5.125	11.461
Cardeal da Silva	256.91	8.899	5.998	2.901	9.346
Catu	416.22	51.077	8.322	42.755	54.970
Conde	964.64	23.620	11.491	12.129	26.035
Crisópolis	607.66	20.046	11.434	8.612	21.163
Entre Rios	1,215.30	39.872	16.032	23.840	41.901
Esplanada	1,297.98	32.802	11.980	20.822	37.578
Inhambupe	1,222.58	36.306	20.941	15.365	40.333
Itanagra	490.53	7.598	5.271	2.327	6.436
Itapicuru	1,585.59	32.261	25.586	6.675	35.883
Jandaíra	641.21	10.331	4.184	6.147	10.726
Olindina	542.18	24.943	12.170	12.773	28.304
Ouriçangas	155.09	8.298	5.536	2.762	8.570
Pedrão	159.80	6.876	5.160	1.716	7.394
Rio Real	716.89	37.164	13.854	23.310	40.976
Sátiro Dias	1,010.05	18.964	14.632	4.332	17.302
<b>TOTAL</b>	<b>14,517.08</b>	<b>554.987</b>	<b>211.998</b>	<b>342.989</b>	<b>595.888</b>

**Fonte:** IBGE, censo demográfico (2010); IBGE, estimativa da população (2020); SEI, 2016.

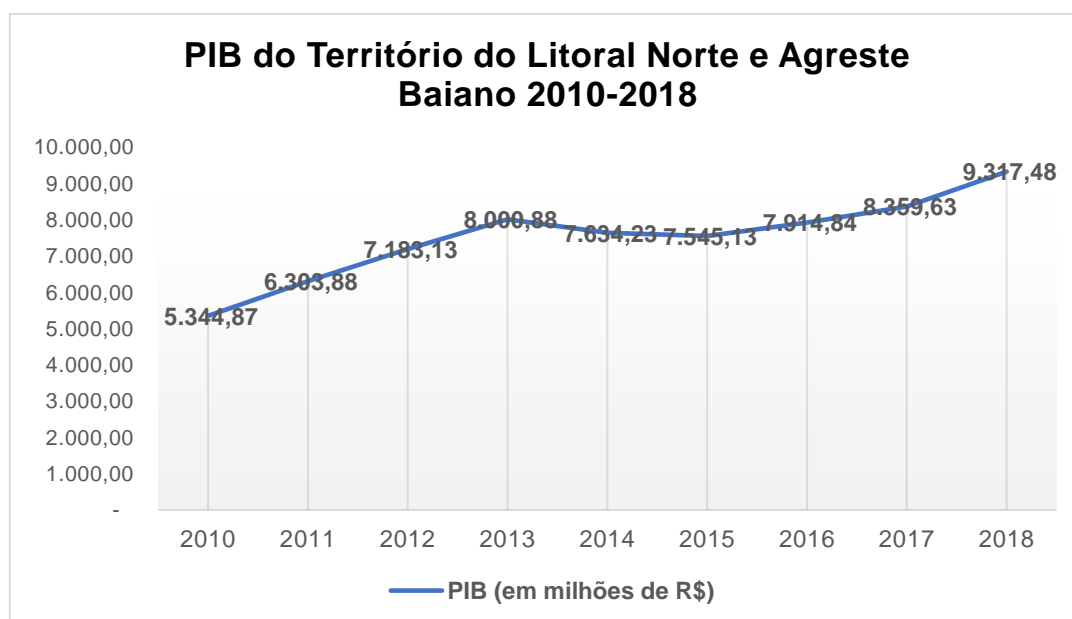
De acordo com o censo do IBGE (2010), cerca de 10.102.476 de habitantes, ou 72,1% da população do Estado da Bahia residia em zona urbana. Se comparado diretamente com os dados territoriais, percebe-se que a taxa de residentes na zona urbana do território, 61,9% está abaixo da taxa estadual.

Enquanto isso, os dados também apontam que aproximadamente 38,1% vivem na zona rural. A densidade demográfica do território, segundo dados da SEPLAN (2016) é de 42,0 hab./km². Cabe registro aqui que em apenas 9 municípios a população rural é maior que a urbana, sendo estes: Aporá, Cardeal da Silva, Crisópolis, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias (*ver tabela 1*).

É perceptível nas projeções populacionais realizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos do Estado da Bahia – SEI (2016), autarquia vinculada à SEPLAN, e pelo IBGE (2020), uma variação de incremento populacional que é similar ao decênio 2000-2010, registrado nos últimos dois censos do IBGE.

O Produto Interno Bruto – PIB, é a soma de todas as riquezas produzidas (considerando bens e serviços finais) em um município, Estado ou País durante o período de um ano. Serve antes de tudo, como um indicador síntese da economia e auxilia no entendimento da dinâmica produtiva de um determinado espaço (SEI, 2019). Segundo dados divulgados pela SEI (2020), o PIB da Bahia em 2018 era de R\$ 286.239,54, enquanto o PIB do TLNAB era de aproximadamente R\$ 9.317.485, ou seja, 3,26% do valor estadual (*ver gráfico 1*).

**Gráfico 1 – PIB do Território do Litoral Norte e Agreste Baiano de 2010-2018**



**Fonte:** SEI, 2019.

O PIB *per capita* é o valor do PIB dividido pelo número de habitantes dentro de uma localidade (município, estado, país), de acordo com os dados da SEI (2019) o PIB *per capita* do Estado da Bahia em 2018 consistia em R\$ 19.324,04, e se for considerado o desempenho dos Territórios de Identidade, o TLNAB possui um PIB *per capita* em 2018 de aproximadamente R\$ 11.748,13\*, inferior à média estadual, e aponta uma leve queda em relação ao PIB de 2016 que era de R\$ 12.999,00 (SEI, 2018). A situação do TLNAB é mediana se comparada aos seus territórios vizinhos, haja vista possui um PIB *per capita* menor que os territórios da Região Metropolitana de Salvador e Portal do Sertão, e maior que os territórios de identidade do Semiárido Nordeste II e o do Sisal.

**Tabela 2 – PIB e PIB *per capita* na Bahia e No TLNAB (2018)**

<b>Município</b>	<b>PIB municipal em reais [2018]</b>	<b>% do PIB no Território LNAB [2018]</b>	<b>PIB <i>per capita</i> em reais [2018]</b>
Acajutiba	133,90	1,4	8.850,48
Alagoinhas	3.962,87	42,5	26.272,95
Aporá	125,69	1,3	7.112,08
Araçás	209,39	2,2	17.243,95
Aramari	91,56	1,0	8.079,63
Cardeal da Silva	103,20	1,1	11.169,10
Catu	507,14	6,4	10.971,95
Conde	271,80	2,9	10.604,67
Crisópolis	152,70	1,6	7.257,53
Entre Rios	558,48	6,0	13.407,68
Esplanada	627,91	6,7	17.024,93
Inhambupe	638,00	6,8	16.152,27
Itanagra	66,38	0,7	10.298,85
Itapicuru	270,69	2,9	7.677,87
Jandaíra	121,19	1,3	11.335,37
Olindina	200,02	2,1	7.104,84
Ouriçangas	55,49	0,6	6.484,99
Pedrao	40,54	0,00	5.555,19
Rio Real	883,99	0,09	21.840,40
Sátiro Dias	206,61	0,02	10.517,96
<b>TOTAL</b>	<b>9.317,48</b>	<b>100</b>	<b>234.962,69</b>

Fonte: SEI, 2019

Se for empreendida uma análise que considere apenas um *ranking* do PIB *per capita* desses municípios no âmbito Estadual, nas 100 primeiras colocações, aparecem os municípios de Alagoinhas (27º), Rio Real (37º), Araçás (44º), Esplanada (46º), Inhambupe (54º), Entre Rios (82º), o que se reflete a nível de território caso e deseje estabelecer o mesmo critério de classificação em *ranking*.

Dentro do território os municípios que figuram com os menores indicadores são os de Pedrão, Ouriçangas e Olindina (*ver tabela 2*), e para efeito de registro apenas os municípios de Alagoinhas e Rio Real, no âmbito do TLNAB, superam a média estadual de *PIB per capita* (SEI, 2019).

**Tabela 3 – PIB da Bahia e Municípios do TLNAB com Estrutura Setorial dos Valores Adicionados (2018)**

Região Geográfica	Valor adicionado (R\$ milhões e em %)					
	Agropecuária (R\$ milhões)	Agropecuária (em %)	Indústria (R\$ milhões)	Indústria (em %)	Serviços (R\$ milhões)	Serviços (em %)
<b>Bahia</b>	<b>19.095,91</b>	<b>7,62</b>	<b>53.968,70</b>	<b>21,54</b>	<b>177.469,23</b>	<b>70,84</b>
<b>Litoral Norte e Agreste Baiano</b>	<b>1.439,04</b>	<b>15,4%</b>	<b>1.614,33</b>	<b>17,3</b>	<b>5.148,59</b>	<b>55,3%</b>
Acajutiba	30,03	23,30	6,04	4,69	92,82	72,02
Alagoinhas	90,93	2,92	932,41	29,94	2.090,57	67,14
Aporá	15,94	13,14	6,60	5,44	98,80	81,43
Araçás	6,91	3,41	95,76	47,25	100,01	49,34
Aramari	13,88	16,05	12,37	14,31	60,21	69,64
Cardeal da Silva	17,67	17,84	21,03	21,24	60,33	60,92
Catu	7,10	1,31	90,52	16,65	445,99	82,04
Conde	42,27	16,47	41,75	16,27	172,54	67,25
Crisópolis	22,27	15,11	6,84	4,64	118,34	80,26
Entre Rios	69,45	13,43	93,75	18,14	353,73	68,43
Esplanada	76,92	13,12	180,31	30,75	329,08	56,13
Inhambupe	311,80	50,54	30,75	4,98	274,38	44,47
Itanagra	11,73	18,60	7,74	9,50	44,01	71,90
Itapicuru	50,62	19,54	20,11	7,76	188,35	72,70
Jandaíra	56,26	47,54	7,72	6,52	54,36	45,93
Olindina	8,18	4,39	13,42	7,20	164,84	88,41
Ouriçangas	3,44	6,46	3,89	7,32	45,89	86,23
Pedrão	3,45	8,81	1,96	5,01	33,77	86,18
Rio Real	521,97	60,52	31,11	3,61	309,39	35,87
Sátiro Dias	78,21	39,12	10,51	5,26	111,21	55,62

**Fonte:** SEI, 2019.

A análise dos dados da tabela acima, permitem observar como os setores da economia municipal, regional e estadual estão organizados. O setor de serviços, foi responsável por aproximadamente 70% do PIB Baiano e movimentou, a nível de território, aproximadamente 55,3% do PIB do TI do Litoral Norte e Agreste Baiano. Os municípios de Alagoinhas e Catu, apresentaram os dados mais relevantes do setor.

Com importante contribuição para o PIB do território, o setor industrial representou 17,3% do PIB territorial e destaca-se no âmbito regional pela presença de indústrias de transformação. Nesse interim, o município de Alagoinhas representa mais da metade da produção industrial no território, aproximadamente 932,41 milhões de reais. As características hidrogeológicas na região, possibilitadas pelo aquífero São Sebastião, oferece condições para implantação e exploração de indústrias atreladas à produção de bebidas.

O setor da agropecuário refletiu 15,4%, do total econômico do PIB do território. O censo rural do IBGE (2017), reafirma os dados da SEI (2017) sobre a tendência da atividade de agricultura regional, que possui destaque de lavoura temporária a produção de melancia (27,7% em relação a produção baiana), amendoim (22,5%) e mandioca (17,5%). Na produção de melancia é preciso dar destaque aos municípios de Sátiro Dias (2.312 t) e Itapicuru (983 t), maiores produtores no território. Com 369 toneladas produzidas em 2017, Alagoinhas assume o posto de maior produtor de amendoim dentro do território, seguido por Rio Real. Já em relação a produção de mandioca, é preciso destacar o município de Crisópolis que produziu 10.012 toneladas.

Já a lavoura permanente tem sua representação maior na citricultura e cocoicultura, dois dos fortes vetores econômicos do território. Para ilustrar a situação, o a produção de Laranja equivale a 84,8% da produção do no Estado da Bahia, e esta é seguida por produção de limão (44,6%) e tangerina (38,5%), sendo interessante ainda registrar a produção de coco-da-baía (38%,5) como importante atividade.

Em um *ranking* elaborado pelo censo do IBGE (2017), com os 10 municípios produtores de um determinado produto, o município de Rio Real, desponta de longe como o maior produtor de Laranjas do estado, 124.363 toneladas produzidas, seguido por Inhambupe (42.613 t), Esplanada (24.578 t), Itapicuru (21.880 t) e Acajutiba (13.428). Na produção de limão e tangerina, mais



uma vez, destaque para o município de Inhambupe (18.679 t de limão e 2015 t de tangerina) e Rio Real (677 t de limão e 194 t de tangerina). Esses dados refletem uma importante tendência econômica da dimensão agrícola do território: a citricultura. Quanto a cocoicultura, os dados indicam maiores produções nos municípios de Conde e de Jandaíra.

No entanto seria errôneo reduzir as potencialidades econômicas do TI Litoral Norte e Agreste baiano, apenas as culturas supracitadas, quando na verdade o território possui uma variedade de cadeias produtivas dentre as quais, é possível citar ainda a fruticultura (maracujá, caju, etc.), apicultura, avicultura, gado de leite e bovinocultura (com destaque também na criação de bubalinos), piscicultura.

As atividades de pesca artesanal ocorrem na porção litorânea do território, nos municípios de Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra. Nestes municípios, por conta do assentamento de comunidades tradicionais, principalmente pescadores e marisqueiros, essa atividade constitui uma importante fonte de renda. Considerando os trabalhadores e trabalhadoras da região, é preciso empreender uma análise da distribuição dos empregos formais e sua contribuição para arrecadação e configuração econômica.

Pensando nos postos de trabalho formais, a tabela abaixo apresenta a distribuição dos empregos (formais) por setores. São considerados aí as subdivisões apontadas nos dados emitidos pela Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho – MTE. Segundo o Ministério do Trabalho, BRASIL (2017) a RAIS é:

“Um Registro Administrativo, de periodicidade anual, criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social. Constitui um instrumento imprescindível para o cumprimento das normas legais, como também é de fundamental importância para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal”.

Deste modo a utilização dos dados da RAIS (2019) nesta pesquisa é imprescindível para mapear as estruturas produtivas na região, sobretudo os indicativos estruturais do mercado de trabalho formal. Assim, a tabela abaixo, procura esboçar um desenho dessa organização econômica no TLNAB.

**Tabela 4 – Estoque de emprego formal segundo os setores da atividade econômica na Bahia, TI Litoral Norte e Agreste Baiano e Municípios do TI (2019)**

<b>Região Geográfica</b>	<b>Extrativa mineral</b>	<b>Indústria de Transformação</b>	<b>Serviços Industriais de utilidade pública</b>	<b>Construção civil</b>	<b>Comércio</b>	<b>Serviços</b>	<b>Administração pública</b>	<b>Agropecuária</b>	<b>Total</b>
<b>Bahia</b>	<b>17.288</b>	<b>203.507</b>	<b>28.041</b>	<b>115.767</b>	<b>437.915</b>	<b>554.454</b>	<b>782.749</b>	<b>92.855</b>	<b>2.232.579</b>
<b>Litoral Norte e Agreste Baiano</b>	<b>2.275</b>	<b>6.940</b>	<b>215</b>	<b>1.494</b>	<b>12.072</b>	<b>10.579</b>	<b>23.811</b>	<b>5.619</b>	<b>63.005</b>
Acajutiba	-	10	-	0	71	47	637	46	811
Alagoinhas	529	4.491	61	705	6.926	6.608	6.102	2.765	28.187
Aporá	-	8	-	63	49	47	837	38	1.042
Araçás	6	74	-	7	97	51	621	43	899
Aramari	-	73	19	29	80	27	304	16	548
Cardeal da Silva	-	46	-	-	48	9	429	12	544
Catu	1.727	318	89	165	1.147	2.007	2.189	98	7.740
Conde	-	193	-	12	207	187	1.040	45	1.684
Crisópolis	-	3	18	4	149	34	842	83	1.133
Entre Rios	6	217	3	105	783	619	1.888	673	4.294
Esplanada	6	662	-	302	596	303	1.898	243	4.010
Inhambupe	-	143	3	10	384	221	1.239	592	2.592
Itanagra	-	51	-	3	31	11	511	58	665
Itapicuru	1	329	12	1	178	72	1.055	37	1.685
Jandaíra	-	2	-	67	50	89	567	171	946
Olindina	-	97	1	1	234	79	829	8	1.249
Ouriçangas	-	1	9	12	46	6	330	13	417
Pedrao	-	-	-	-	17	4	302	9	332
Rio Real	-	117	-	3	893	148	1.317	210	2.688
Sátiro Dias	-	105	-	5	86	10	874	459	1.539

**Fonte:** RAIS, 2020.

Dos postos de trabalho formais, a maior quantidade de empregos está no setor da administração pública, com 23.811 postos de trabalho para todo o território. Alagoinhas perfaz 23% desse total, seguido por Catu (9%), Entre Rios e Esplanada (ambos com 8% dos postos de trabalho do território). E alguns municípios a administração pública responde por mais da metade dos postos de trabalho formal, como à exemplo Pedrão.

Ainda no terceiro setor, o comércio atinge 12.072 postos formais de trabalho. Em Alagoinhas o comércio responde como a maior atividade econômica do município com 6.926 postos de trabalho, totalizando 57% dos postos do território, seguida por Catu (10%), Rio Real (7%) e Entre Rios (6%). Para além dos municípios citados, todos os demais se caracterizam ou por uma participação comercial muito modesta ou por uma inexpressiva contribuição ao mercado de trabalho do contexto do território.

Pra finalizar as atividades do terceiro setor, a RAIS aponta que o setor de Serviços, foi o terceiro mais expressivo na formação do mercado de trabalho no contexto territorial. A Bahia totalizou pouco mais de 554.454 postos de trabalho, e o território do LNAB acompanhou essa dinâmica, foram 10.579 postos ocupados em 2019. Alagoinhas, Catu e Entre Rios, dominaram as maiores quantidades de estoque para o segmento, já os municípios de Cardeal da Silva, Ouriçangas e Pedrão, ao contrário possuem os menores indicadores deste setor.

O setor secundário contribuiu a nível de Bahia com aproximadamente 248 milhões de reais em 2019. Dentro do espaço do TLNAB, foram registrados 6.941 postos de trabalho na indústria de transformação dos quais 65% destas estavam em Alagoinhas (cerca de 4.4971) e 10% em Esplanada, e com isso, juntas, as duas cidades perfazem  $\frac{3}{4}$  dos postos formais no setor. Já quando se analisa a atividade extrativa mineral ou os serviços industriais de atividade pública, o município de Catu é quem ganha destaque no contexto regional, apresentando valores bem significativos, enquanto no restante território, alguns dos municípios não possuem esses postos de trabalho.

Por fim, o setor agropecuário impulsionado pelas atividades vinculadas a citricultura e pecuária, criaram para o TLNAB, 5.619 postos de trabalho, dos quais os três municípios que mais se destacaram dentro do território foram Alagoinhas (49%), Entre Rios (12%) e Inhambupe (11%). Olindina e Pedrão

apresentaram a menor quantidade de postos de trabalho dentro do setor no contexto territorial.

De acordo com resultados do estudo de participação da agricultura familiar no setor agropecuário e no PIB da Bahia, realizado pela SEI (2029) em relação aos anos de 2017 e 2018, a contribuição da agricultura familiar teve menor participação na produção agropecuária, totalizando cerca de 21%. Não causa estranheza este dado, haja vista o Censo Agropecuário do IBGE (2017), aponta que no âmbito nacional, havia aproximadamente 15,1 milhões de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários (diminuindo aproximadamente 1,5 milhão de pessoas se comparado ao Censo agropecuário anterior).

Entretanto, no sentido de analisar a produção agrícola do território, cabe ainda destacar o papel da agricultura familiar e sua importância para a região (ver tabela 5).

**Tabela 5 – Dados da Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Território do Litoral Norte**

Município	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar	Pessoal ocupado na agricultura familiar	Nº de Famílias Assentadas – Reforma Agrária	Número de Projetos – Reforma Agrária	Área Reformada (em hectares)
Acajutiba	1.432	3.729	0	0	0
Alagoinhas	2.090	6.006	0	0	0
Aporá	3.304	8.475	0	0	0
Araçás	724	2.006	77	2	1.206
Aramari	911	2.453	0	0	0
Cardeal da Silva	78	181	0	0	0
Catu	883	2.363	20	1	202
Conde	1.317	2.686	0	0	0
Crisópolis	5.097	12.997	0	0	0
Entre Rios	386	844	0	0	0
Esplanada	2.309	5.653	256	5	8.246
Inhambupe	2.922	9.348	0	0	0
Itanagra	99	214	0	0	0
Itapicuru	3.302	8.853	226	7	5.956
Jandaíra	632	990	22	1	326
Olindina	2.468	6.349	0	0	0
Ouriçangas	985	2.745	0	0	0
Pedrão	540	1.519	0	0	0
Rio Real	3.489	7.504	0	0	0
Sátiro Dias	2.621	7.798	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>35.589</b>	<b>92.713</b>	<b>601</b>	<b>16</b>	<b>15.936</b>

Fonte: adaptado da MDA (2015), 2020.

Os dados apontam a dimensão da importância da agricultura familiar e da reforma agrária no contexto territorial. A nível de território são mais de 35 mil estabelecimentos de agricultura familiar que contemplam pouco mais de 92 mil pessoas. Nota-se que o município com maior número de estabelecimentos rurais é Crisópolis, e este município também possui a maior quantidade de pessoas ocupadas com a agricultura familiar, e é seguido expressivamente pelos municípios de Aporá, Itapicuru, Inhambupe e Rio Real, que seja em números de estabelecimentos ou de pessoas, apresentam os números mais expressivos na sequência.

O Estado da Bahia através de acordo com o Banco Mundial, celebrou um acordo de empréstimo – O Bahia Produtiva. A partir deste, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, através do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia, aponta em seu relatório (2015) que as metas do projeto eram a inclusão socioprodutiva norteadas pelo desenvolvimento sustentável com foco na agricultura familiar, agroecologia, segurança alimentar, nutricional e hídrica. Incluem-se nesse projeto as 61 comunidades rurais quilombolas certificadas (CAR, 2015).

Considerando também a questão de reconhecimento da terra e sua função social, os dados também fazem menção ao número de famílias assentadas. É preciso recordar que um assentamento é uma unidade agrícola reconhecida e instalada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, onde anteriormente havia um imóvel rural sem função social, em desacordo com os artigos 5º e 184º-186º da Constituição Federal Brasileira de 1988.

De acordo com os dados Itapicuru e Esplanada são os municípios que mais possuem projetos de reforma agrária, 7 e 5 projetos respectivamente. São 256 famílias assentadas em Esplanada e 226 famílias em Itapicuru, de um total de 601 famílias assentadas em todo território.

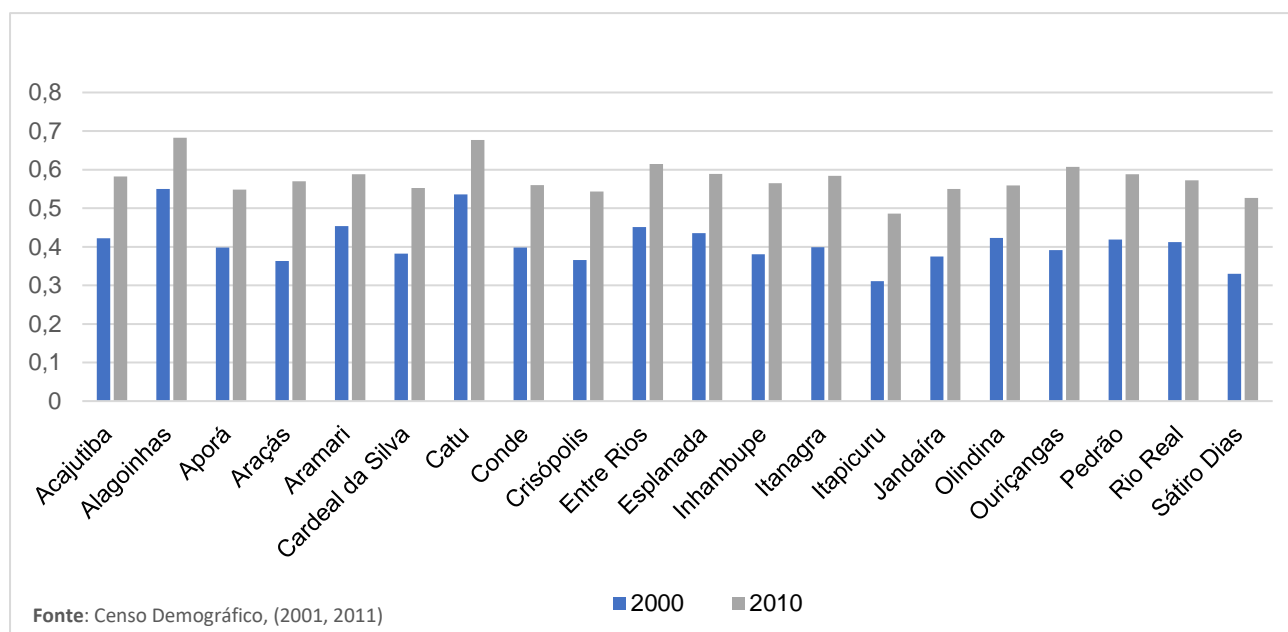
De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), A população ocupada nos estabelecimentos da agricultura familiar a nível nacional ficou restrita a 2,166 milhões de pessoas, uma redução de 17,6% no número de pessoal ocupado em relação ao último Censo, de 2006. O número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar também sofreu uma redução de aproximadamente 9,5% no contexto brasileiro. Esses dados

censitários estão em consonância com o que foi apresentado na tabela, elaborada a partir dos estudos publicizados, desde 2015, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, e que apontam a necessidade de fortalecer o setor da agricultura familiar.

Avaliar o desenvolvimento de uma região geográfica apenas pelos dados do PIB, PIB *per capita* e taxa de ocupação não são a melhor forma de compreender as reais condições de vida dessa população. Faz-se mister a utilização de outros indicadores sociais, que possam trazer em seu bojo, parâmetros que apontem a análise para a qualidade de vida e sua articulação com os indicadores de renda considerados anteriormente.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é um indicador que mensura a qualidade de vida ou o bem estar de uma população a partir de parâmetros como a alfabetização, educação, expectativa de vida, taxa de natalidade, riqueza e etc. Este tem sua variação de zero a um, subdivididos como de 0 a 0,499 – IDH baixo; 0,500 a 0,799 – IDH médio; e por fim, de 0,800 a 1 – IDH alto (IPEA, 2008). Dessa forma, cabe para escopo deste estudo lançar um olhar sobre o IDH do território (*ver gráfico 2*).

**Gráfico 2 – Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do TI Litoral Norte e Agreste Baiano (200 e 2010)**



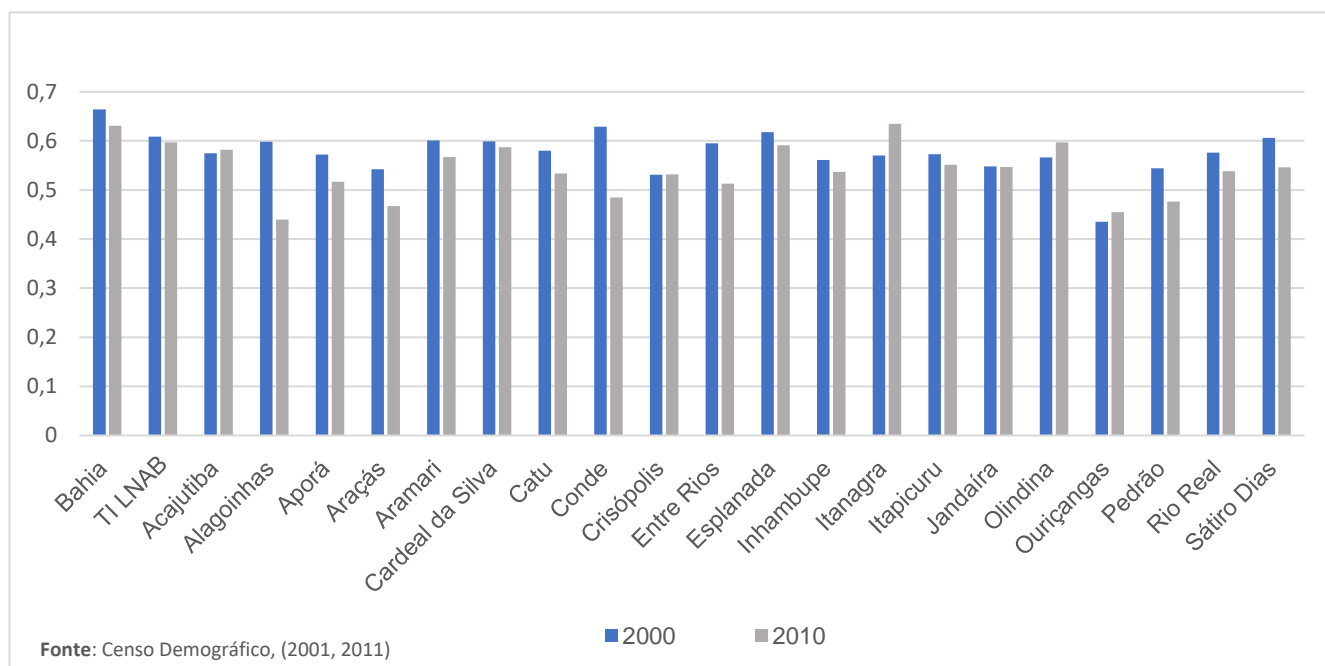
O gráfico acima, apresenta o IDH dos municípios componentes do TI do Litoral Norte e Agreste Baiano, e a partir deste é possível verificar que no decênio

entre 2000 e 2010, houve uma razoável melhora no desenvolvimento humano de todos os municípios. Neste mesmo período, o estado da Bahia apresentou significativo avanço, saindo de 0,512 em 2000 para 0,660 em 2010.

O IDH dos municípios do TI do Litoral Norte e Agreste baiano, ainda se encontram distante do ideal, e aquém do IDH da Bahia, entretanto registraram melhoras entre 2000 e 2010. Dos 20 municípios, apenas 4 municípios estão acima do valor de 0,600: Alagoinhas (0,683) e Catu (0,677) ultrapassam o valor do IDH estadual, e Entre Rios (0,615) e Ouriçangas (0,607) apresentaram considerável salto em suas posições. Os menores índices registrados foram em Itapicuru (0,486) e Sátiro Dias (0,527).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2004), o índice de Gini é um instrumento de medição que verifica a concentração de renda de um grupo social, apontando diferenças de rendimentos entre pessoas mais ricas e mais pobres, evidenciando deste modo as desigualdades sociais. Nesta ferramenta, que varia de 0 a 1, quanto mais próximo do 0 maiores são as condições de igualdade entre a população, o que indica uma melhor distribuição de renda, e quanto mais próximo do 1, menor é a distribuição de renda, logo, maior a desigualdade (IPEA, 2004).

**Gráfico 3 – Coeficiente de Gini na Bahia, TI Litoral Norte e Agreste Baiano e municípios do TI (2010)**

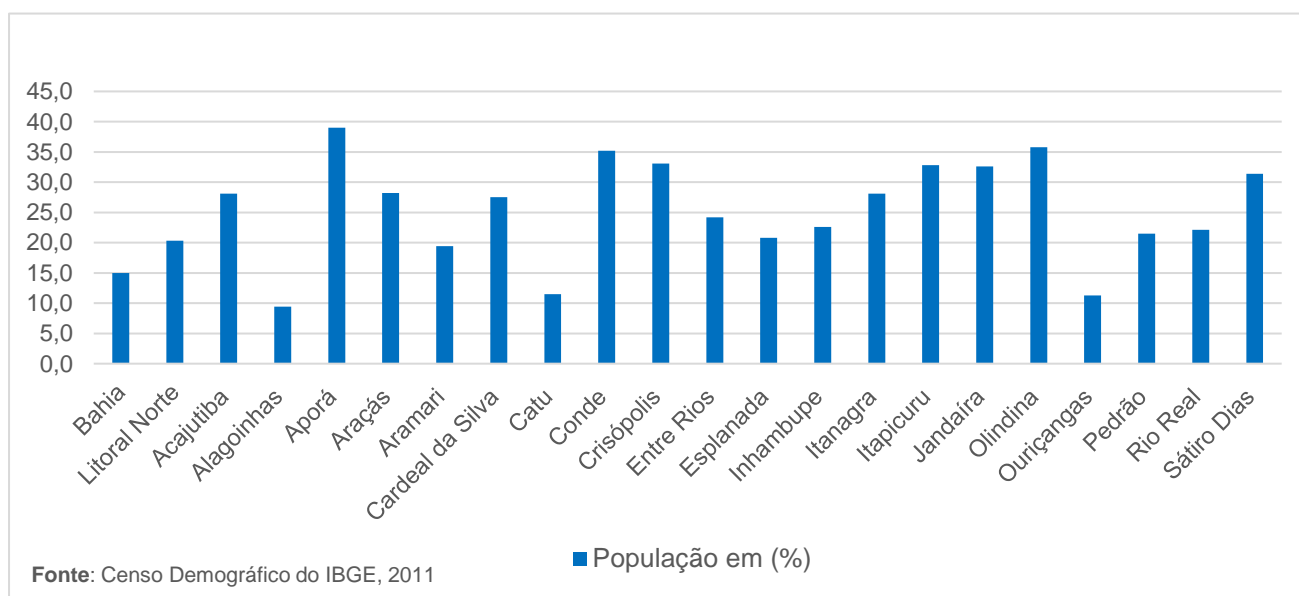


No Território do Litoral Norte e Agreste Baiano, de acordo com o relatório elaborado pela SEI (2016) a partir dos dados do censo do IBGE (2010) o índice de Gini é de 0,601, um avanço se considerado os dados do censo do IBGE em 2000, onde o índice era de 0,609. É preciso ter em mente também, que no mesmo censo, de 2010, o índice no território inferior à média estadual, que era de 0,631.

Correlacionando os dois gráficos anteriores, percebe-se como a melhora no IDH está vinculada a uma redistribuição mais equitativa da renda entre seus habitantes. O município de Alagoinhas, por exemplo, apresentou o melhor IDH e o menor índice de Gini, antítese total à Itanagra que apresentou para o mesmo ano, indicadores bastante complicados.

Nos projetos desenvolvimentistas das últimas duas décadas, a ideia de políticas públicas que façam distribuição de renda aliadas a inclusão social, foi uma forma de buscar minorar as disparidades de renda, reduzindo a pobreza. No caso da pobreza extrema, os dados dos últimos censos do IBGE (2000 e 2010), apontam que o índice de pobreza extrema no TI do Litoral Norte e Agreste Baiano diminuiu de 33,6% para 20,3% em uma década (*ver gráfico 4*).

**Gráfico 4 - População em extrema pobreza Bahia, TI Litoral Norte e Agreste Baiano e municípios do TI (2010)**



Observando o gráfico acima, somente Alagoinhas (9,4%) registra menos de dois dígitos no percentual de pobreza extrema. Esses números baixos



também ocorrem em Catu (11,5%) e Ouriçangas (11,3%). Os casos mais preocupantes no território ficaram registrados nos municípios de Aporá (39%), Olindina (35,8%) e Conde (35,2%).

Apesar dos dados acima fazerem alusão ao decênio 2000 – 2010, ainda é uma preocupante realidade dos municípios. As taxas de vulnerabilidade e pobreza extrema no cotidiano da população, estão associadas também as condições de moradia e habitação. Só a título de exemplificação, recentemente divulgada pelo IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (2019), apontou que 42,6% dos domicílios baianos não possuem esgotamento sanitário adequado.

Uma forma de tentar diminuir disparidades de renda e combater a pobreza extrema, são os programas de transferência de renda. O programa Bolsa Família – PBF, é um destes que condiciona a transferência de valores a famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único – CadÚnico. No contexto do território de identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano, de acordo com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER, até 2016, cerca de 53,4% da população utilizava esse benefício (CODETER, 2017).

### 3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS

O município de Alagoinhas está localizado a 108 km da capital do Estado, Salvador, e o acesso ao município por transporte rodoviário, ocorre através das rodovias BR-324 e BR-101, e BA-504. O acesso a Feira de Santana, segunda maior município estadual é feito através da rodovia BR-101, uma das mais importantes rodovias do país e uma das principais ligações entre as regiões Nordeste e Sudeste no sentido norte-sul, e BR-324, num percurso de 82 km.

Os limites municipais de Alagoinhas possuem ao norte com o município de Inhambupe, ao sul com o município de Catu, a Leste com o município de Araçás, a oeste com o município de Aramari, a nordeste com o município de Entre Rios e a sudoeste com o município de Teodoro Sampaio (território Portal do Sertão). Em virtude da articulação rodoviária o município possui forte relação com os dois grandes centros estaduais: Salvador e Feira de Santana.

Quanto ao seu contexto histórico, a localização espacial de Alagoinhas, fazia da mesma um importante entreposto para viajantes e aventureiros, tanto pelas suas condições de acessibilidade às rotas quanto pelos seus bens de natureza apropriados como recursos. Segundo Santos (2010), “o marco fundador de Alagoinhas foi uma capela, construída para a propagação da religião católica no final do século XVIII por um padre jesuíta português”.

De acordo com Damasceno (2015), ao conseguir a publicação do decreto provincial 442 em 1852, que a emancipava da jurisdição de Inhambupe, e também por ter dado posse à sua primeira Câmara em 1853, Alagoinhas foi elevada a condição de Vila, em um período que coincide com a efervescência da “era Ferroviária”. Ainda segundo Damasceno (2015, p. 2):

“Uma vez inserida no contexto da “era das ferrovias”, a cidade de Alagoinhas chega nas décadas finais do Século XIX, com seus contornos urbanos já bem delineados, estruturados em torno do eixo traçado pelas trilhas formadas pelos trilhos que deram forma e, balizaram os processos de urbanização, levados a efeito nos anos posteriores”.

Como exposto acima, a construção da ferrovia inicia-se em 1856, e com inauguração em 1863 do trecho Salvador-Alagoinhas, totalizando 123 km, Alagoinhas se reconfigura no contexto logístico-econômico regional. Sua reorganização territorial, ocorre com desmembramentos de distritos, até a

mesma ser elevada à condição de cidade pela Lei Provincial n.º 1957, de 1880 (SANTOS, 2010).

A nova dinâmica política, sociocultural e econômica da cidade está atrelada a dinamização nos transportes de pessoas e cargas gerada pela implantação da estação e da ferrovia. Esse fluxo de objetos e ações possibilitam a Alagoinhas, tornar-se um importante entroncamento ferroviário, articulação estratégica no eixo norte-nordeste, conectando Salvador a outros estados. Cabe ainda recordar que Alagoinhas possuía um comércio e agricultura bem estabelecidos para abastecimento interno e exportação (principalmente de fumo e laranja) para o mercado externo (SANTOS, 2010).

Um registro importante para a história do município ocorre na segunda metade do século XX, com a descoberta de poços de petróleo em Alagoinhas. Esse advento atraiu para região a estatal de exploração de recursos minerais Petrobrás. Com a chegada de uma empresa desse porte, Alagoinhas vivencia uma nova dinâmica geoeconômica, e que é assim descrita por Santos (2010, p. 6):

“A descoberta do petróleo em Alagoinhas injetou recursos no município, através de royalties pagos pela Petrobrás que vieram aumentar sua receita orçamentária. Em meio a uma economia local de base agrícola em franco processo de declínio, a Petrobrás adquiriu significativa visibilidade em Alagoinhas”

Fica evidente a partir dessa citação, que a chegada da empresa inicia um novo ciclo econômico no contexto municipal (e regional) a partir do momento que vira um polo atrator de novas oportunidades (de trabalho, relações comerciais, habitação, etc.). Como é observável em vasta literatura de estudos urbanos, grandes obras de infraestrutura, instalações de empreendimentos comerciais ou instalações de polos industriais, são considerados como atrativos e impulsionam processos de migração e ocupação do espaço.

Com o aumento populacional e a reconfiguração do espaço urbano ao longo das últimas décadas, Alagoinhas passou por significativos desmembramentos e segundo o IBGE (2017), “em divisão territorial datada de 1991, o município é constituído de 3 distritos: Alagoinhas, Boa União e Riacho da Guia. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2014.”

Em uma breve caracterização demográfica feita a partir do último censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), o município de Alagoinhas possuía

uma densidade demográfica de 188,67 hab./km<sup>2</sup>, com uma área total de 718,1 km<sup>2</sup> e um total de 141.949 habitantes, sendo a 10<sup>o</sup> maior cidade no Estado da Bahia, e a 1<sup>o</sup> maior cidade dentro do território do Litoral Norte e Agreste Baiano. As estimativas de população realizadas pelo IBGE para 2020, indicam uma população em torno de 152.327 pessoas, um acréscimo de 10.378 habitantes (7,3%) em relação aos dados do Censo de 2010.

Ainda de acordo com os dados do Censo Demográfico (2010), em relação ao sexo da população total, em números absolutos, 74.737 habitantes eram do sexo feminino, os do sexo masculino eram 67.212 habitantes. Em relação a distribuição urbano-rural dos domicílios, o censo indica que 87,4% da população, ou 124.042 habitantes (em números absolutos) vivem residem na zona urbana, enquanto 12,6%, ou 17.907 habitantes, vivem em domicílios rurais.

De acordo com o IBGE, o PIB a preços correntes do município de Alagoinhas em 2018 foi estimado em R\$ 3.962.801,95 (*ver tabela 6*) e correspondendo a 42,5% da participação dentro do PIB do TI do Litoral Norte e Agreste Baiano. Isso coloca Alagoinhas, no contexto do território como o maior PIB dentre os 20 municípios do TILNAB, e 27<sup>o</sup> posição dentro de um contexto estadual.

**Tabela 6 – Série histórica do PIB, PIB per capita e Estrutura Setorial dos Valores Adicionado em Alagoinhas, BA (2010 – 2018)**

Ano	Valor Adicionado (R\$ Milhões)			Valor Adicionado APU (R\$ milhões)	Impostos sobre Produtos (R\$ milhões)	PIB (R\$ milhões)	PIB <i>per capita</i> (R\$ milhões)
	Agropecuária	Indústria	Serviços				
2018	90,93	932,41	2.090,57	540,78	848,89	3.962,80	26.272,95
2017	59,36	796,82	1.955,82	511,76	692,87	3.504,87	22.470,15
2016	80,30	615,53	1.870,18	483,14	605,73	3.171,74	20.415,14
2015	66,35	557,94	1.661,57	424,09	451,96	2.737,83	17.721,13
2014	63,57	691,28	1.559,57	386,56	442,99	2.757,41	17.956,54
2013	50,93	730,38	1.457,70	348,19	420,12	2.659,13	17.428,92
2012	46,46	715,05	1.249,76	303,85	352,2	2.363,47	16.474,77
2011	55,58	618,91	1.103,78	269,89	276,72	2.054,99	14.383,65
2010	53,63	553,79	967,74	250,93	258,36	1.833,52	12.897,57

**Fonte:** SEI/IBGE, 2021.

Sendo o PIB *per capita* dado pela razão entre o PIB de uma localidade e o seu número total de habitantes, o resultado para o município de Alagoinhas

chama atenção. De acordo com o IBGE (2018) e a SEI (2019), o PIB *per capita* do município é de R\$ 26.272,95 por habitante. Ainda assim, como dito anteriormente, utilizar essa variável de forma isolada para avaliar as condições de vida de uma população é um equívoco (*ver tabela 6*).

Para ter uma melhor dimensão da estrutura econômica e participação dos setores em Alagoinhas, é preciso começar pelo setor da economia cujo o município apresenta maior receita, o setor de serviços. Pelos dados de 2018, o terceiro setor responde por 67,14% do PIB. Como historicizado anteriormente, Alagoinhas se configurou como um importante entreposto comercial graças a sua localização privilegiada, seus recursos de natureza e a implantação da ferrovia. Para além desses fatores citados, existe ainda a proximidade com a BR-101, importante rodovia de ligação ao alto nordeste do país que aumenta o fluxo de veículos e serviços a serem oferecidos na região; instalação de um polo industrial, que serviu como atrativo migratório para a cidade, demandando mais atividades vinculadas ao terceiro setor.

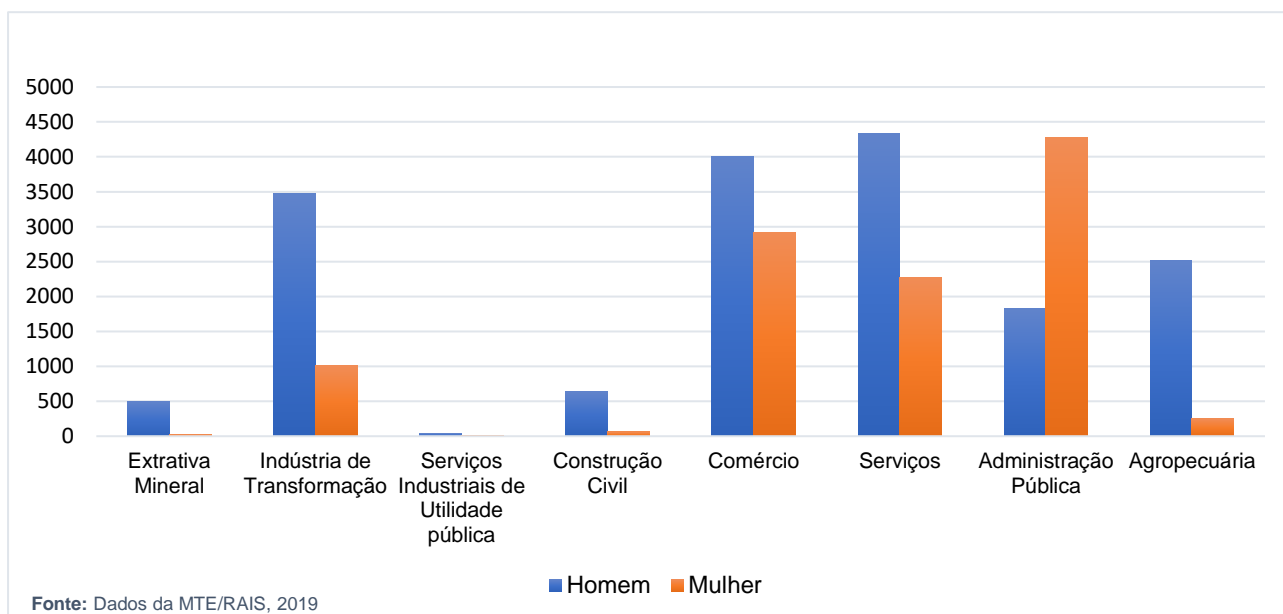
É importante também observar os dados oriundos da participação industrial no PIB do município, em especial a indústria de transformação. Com contribuição percentual de 29,94% em 2018 segundo dados do IBGE/SEI (2019), o setor industrial em Alagoinhas está ligado aos aspectos naturais ofertados pela região. Por conta da qualidade de seus mananciais hídricos, a região de Alagoinhas recebeu um polo de bebidas, com ênfase na indústria cervejeira e de bebidas gaseificadas; além das atividades de indústria extrativas que também estão presentes na região.

O PIB da agropecuária no município correspondeu em 2018 a 2,92% de participação na economia. Entretanto, essa inexpressiva participação na economia, não reflete a articulação de produção com os demais municípios do território, principalmente no que tange a cadeia agroindustrial de laticínios, apicultura e citricultura. Ainda dentro da discussão sobre a produção econômica no município faz-se necessário considerar o estoque de trabalho formal.

Considerando os postos de trabalho formais e sua distribuição por setores, é preciso lançar luz sobre os dados da RAIS (2019) no âmbito do município de Alagoinhas. Este estudo faz referência ao ano base de 2019, e de acordo com os dados publicizados no mesmo, Alagoinhas possui 28.187 postos

formais de emprego, dos quais 62% são ocupados por homens e 38% por mulheres (ver gráfico 5).

**Gráfico 5 – Estoque de Empregos por Grupamento de Atividades Econômicas no Município de Alagoinhas**



O gráfico acima, indica a distribuição de estoque de empregos por grandes setores econômicos, à saber: (1) Indústria – subdividida em (I) extrativa mineral, (II) de Transformação e (III) serviços industriais de utilidade pública; (2) Construção civil; (3) Comércio; (4) Serviços, e aqui também incluíse as atividades referentes a (I) administração pública; e por fim, (5) agropecuária.

O gráfico indica uma disparidade na ocupação tanto por setores quanto por sexo. Nota-se à exemplo que enquanto áreas como o comércio e serviços possuem grande quantidade de força de trabalho, outras áreas como a construção civil e a de serviços industriais de utilidade pública são bastante inexpressivas.

As atividades industriais no município de Alagoinhas estão ligadas a silvicultura e celulose, ao polo produtor de bebida e a exploração mineral, e neste setor a participação masculina da força de trabalho, em comparação as trabalhadoras, encontra-se acima de 70% (os homens correspondem respectivamente por 95% das vagas na indústria extrativa mineral, 77% na indústria de transformação e 74% nos serviços industriais de utilidade pública).

No setor agropecuário, essa disparidade também é evidente, haja vista apenas 9% das vagas estão ocupadas por mulheres.

É no terceiro setor que essas disparidades caminham para uma diminuição. As mulheres representam 42% do mercado formal empregado no comércio, e invertem esse quadro no âmbito da administração pública, onde formalizam 70% dos empregos formais do setor. Entretanto, quando se observa a renda média do trabalho, percebe-se aí também a continuidade dessas disparidades. Os dados do RAIS (2019) apontam que a remuneração média no município de Alagoinhas é de R\$ 2.152,89 ou, algo em torno de quase 2 salários mínimos, mas enquanto o salário dos homens no mesmo período estava na média de R\$ 2.264,83 (pouco mais de R\$ 100,00 reais acima), o salário das mulheres, para o mesmo período era de R\$ 1.976,99 (pouco mais de R\$ 175,90 abaixo). Essa desigualdade de remuneração entre gêneros corrobora a necessidade de tomar outros indicadores para avaliar a qualidade de vida da população do município.

De acordo com o IBGE (2011), o município apresenta 54,6% dos domicílios com esgotamento sanitário e 54,4% dos domicílios urbanos em vias adequadas com pavimentação, bueiros, calçadas e etc. Quando analisados os índices relacionados a vulnerabilidade, como a linha da extrema pobreza, houve um avanço qualitativo, onde Alagoinhas diminuiu de 20,3% para 9,4% o total de pessoas nessas condições. Esse avanço está associado a outros dois indicadores que podem ser considerados nessa análise, o índice de Gini, que avalia a redução da desigualdade social, e que no que se refere a Alagoinhas está em 0,440 e o IDH do município que está em 0,550 - Esses resultados são considerados

#### **4. A EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO E NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS – BA**

O nível de alfabetização do território do Litoral Norte e Agreste Baiano, segundo dados do último censo do IBGE (2010), indica uma queda nas taxas de analfabetismo dos municípios que compõe o território. De acordo com dados da SEI (2018) em cima do que foi postulado pelo senso, enquanto a Bahia diminuiu o analfabetismo de 22,1% para 16,3% no decênio 2000-2010, o território acompanhou diminuindo a taxa de analfabetismo de 25,8% para 19,6%. Os dados apresentados indicam que o território, apesar da diminuição continua acima da média estadual, entretanto, Alagoinhas apresentou, no mesmo período uma diminuição de 13,5% para 9,6%, perfazendo assim dados menores que as médias territorial e estadual.

De acordo com dados do IBGE (2010) a taxa de escolarização da população 6 a 14 anos de idade era de 97,4% em Alagoinhas, e é a menor taxa do território. Entretanto, apesar de evidente melhora no quadro educativo territorial, os dados de analfabetismo isolados, nada representam sobre o território. É preciso considerar outros fatores como: aumento das unidades de ensino disponíveis, aumento no número de matrículas, diminuição da evasão escolar, crescimento na taxa de escolaridade média, e principalmente, avaliar a qualidade do ensino.

Para tentar uma abordagem que permitisse acompanhar a situação das escolas, foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, que é um dos principais indicadores da qualidade da Educação a nível nacional. De acordo com o MEC (2020):

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente.



Os dados obtidos a partir dos resultados de 2017, indicam que na esfera da educação básica nos anos iniciais o município de Alagoinhas alcançou 4,7 em 2019 (a meta era 4,8), e nas séries finais do ensino fundamental o valor foi de 3,7 (quando a meta era de 4,4)., a meta estabelecida para 2021 é de 4,6.

Segundo a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (2017), o TI do Litoral Norte e Agreste Baiano conta com 58 unidades estaduais de ensino, sendo que 75% dos municípios possuem menos de duas unidades de ensino, como Araçás, Cardeal da Silva, Crisópolis, Esplanada, Itanagra, Jandaíra, Ouriçangas, Pedrão e Sátiro Dias que tem apenas um colégio estadual; ou ainda, municípios como Acajutiba, Aporá, Aramari, Conde, Itapicuru e Olindina que possuem duas unidades para atender a todo município. Os números de escolas estaduais aumentam em Entre Rios (4), Catu e Inhambupe (5), Rio Real (6).

Entre creches comunitárias e escolas da educação do ensino básico, a prefeitura municipal de Alagoinhas, registra, quanto a oferta educativa na esfera municipal, 35 unidades de ensino estão na sede e 6 são unidades escolares adjacentes, 11 unidades escolares estão na zona distrital de Boa União, 18 em riacho da guia e 9 unidades escolares que foram municipalizadas. É interessante pontuar que esse registro feito pelo município refere-se apenas as escolas dentro da competência do poder público, não envolvendo assim, as unidades de ensino privadas.

Os dados da SEI (2018) apontam que Alagoinhas possui 107 instituições de pré-escola (58 públicas e 49 privadas); e no âmbito do ensino fundamental eram 146 (79 instituições públicas e 67 de ensino privado) – Nesse ponto há uma divergência com os dados do IBGE (2018) que fala em 129 escolas de ensino fundamental; e por fim 23 estabelecimentos de ensino médio (12 na rede pública e 11 na rede privada de ensino). O IBGE ainda aponta o número de docentes que assistem ao ensino fundamental, na ordem de 1.014 docentes, enquanto para o ensino médio, são aproximadamente 453 docentes atuantes.

Na esfera estadual, no que cabe a Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica, o Estado da Bahia conta com Centro territoriais e Centros Estaduais de Educação Profissional, Centros de Educação Profissional e seus anexos, além de unidades escolares que ofertam educação profissional e Tecnológica, abrangendo 121 municípios e 27 territórios de identidade (SEC,

2015). O território do Litoral Norte e Agreste Baiano conta com 9 unidades distribuídas em 6 municípios (*ver quadro 1*).

**Quadro 1 – Unidades de Ensino da Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica no Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano**

Município	Quantidade	Nome da Unidade
Alagoinhas	4	Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Norte e Agreste Baiano
		Colégio Estadual Deputado Luís Eduardo Magalhães
		Colégio Estadual Polivalente de Alagoinhas
		Escola Estadual Luiz Navarro de Brito
Catu	1	Centro Estadual de Educação Profissional em Controle e Gestão do Nordeste Baiano Pedro Ribeiro Pessoa
Entre Rios	1	Colégio Estadual Duque de Caxias
Esplanada	1	Colégio Estadual Celina Saraiva
Inhambupe	1	Colégio Estadual Doutor Mário Costa Filho
Rio Real	1	Colégio Estadual Doutor José Carvalho Baptista

**Fonte:** Secretaria de Educação da Bahia, 2015.

A Rede Federal de ensino, possui duas instituições no território: O Instituto Federal Baiano – Campos Alagoinhas e o Instituto Federal Baiano – *Campus* Catu, esta antiga escola agrícola. Estes institutos de educação tecnológica atuam em um viés de formação agrícola profissionalizante com cursos em agroecologia, agropecuária e química, além de ofertarem cursos de nível superior voltados a formação de professores, como no caso do IF Baiano – *Campus* Catu que oferece licenciatura em química ou do IF Baiano – *Campus* Alagoinhas, que oferta especialização em Ensino de Ciências e Matemática.

Ainda na esfera do ensino superior público, o município de Alagoinhas conta com a presença da Universidade do Estado da Bahia – UNEB *Campus* II, que conta com os Departamentos de Educação (DEDC) e de Ciências Exatas e da Terra (DCET). Deste modo a UNEB oferta tanto licenciaturas, como cursos na área de Linguagens, Matemática, História e Biologia, quanto bacharelados, como Engenharia Ambiental e Sanitária e Sistemas de Informação.

Para além das instituições públicas de ensino superior, existem ainda instituições privadas de ensino, como é o caso da Centro Universitário Regional

do Brasil - UNIRB, da Faculdade Estácio de Sá, da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, entre outras. A grande maioria das instituições privadas de ensino estão concentradas em Alagoinhas, entretanto existem polos avançados tanto na própria Alagoinhas quanto em municípios como é o caso do Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge/Polo Alagoinhas, Unicesumar – Polo Esplanada. Fica evidente, que apesar dos esforços a região ainda carece de mais investimentos no setor educacional profissionalizante e superior, para oferecer possibilidades que promovam o desenvolvimento e formação cidadã.

#### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DO IF BAIANO – CAMPUS ALAGOINHAS**

O Instituto Federal Baiano – IF Baiano integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Os Institutos Federais possuem dentre as suas finalidades oferecer cursos técnicos, tecnológicos e superiores, justamente por isso possuem quadro de servidores especializados que envolvem Técnicos Administrativos em Educação – TAE, e docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT, articulados com as demandas locais, e que contribuem para o desenvolvimento regional e para melhorias sociopolíticas no Brasil. Baseando-se na formação integral e cidadã da Educação Profissional e Tecnológica, disposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº. 9.394/1996, o IF Baiano oferta cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio – ETPNM regidos pelo Decreto nº 5.154/2004 e pela Resolução nº 6 /2012, do Conselho Nacional de Educação.

No âmbito estadual o IF Baiano possui uma capilaridade e atuação em diferentes territórios de identidade que de forma parceira à outras instituições de ensino, aí presentes, contribuem no diálogo, manutenção e incentivo às produções acadêmicas, de pesquisa e projetos de extensão que valorizam as vocações regionais e indicações geográficas. Atualmente o IF Baiano conta com 14 (quatorze) campi em funcionamento (Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Guanambi, Governador Mangabeira, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Valença, Uruçuca e Xique-Xique) e uma reitoria sediada em Salvador.

O IF Baiano – *Campus* Alagoinhas, sediado no município de mesmo nome é uma das 14 unidades do instituto, e junto com o IF Baiano – *Campus* Catu, atua na oferta de educação profissional dentro do Território do Litoral Norte e Agreste Baiano, sempre em consonância com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. O referido *Campus* teve o seu funcionamento autorizado pela Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016, do Ministério da Educação, sendo caracterizado como uma unidade agrícola.

No contexto de localização, estando a 107 km de Salvador, capital estadual, o IF Baiano – *Campus* Alagoinhas está inserido próximo à rodoviária da cidade de Alagoinhas, à sede da Justiça Federal e ao lado das novas instalações da unidade do Serviço Social do Comércio (SESC).

O início das atividades no IF Baiano – *Campus* ocorreu com oferta do Curso de Formação Inicial e Continuada de Preparador de Doces e Conservas, do qual foram realizadas duas turmas no referido ano. Nesse início também, aconteceram as aulas de 10 Cursos de Formação Continuada. Atualmente, o *Campus* Alagoinhas conta com aulas do Curso Técnico em Agroecologia, no formato integrado; Agroindústria, no formato Subsequente; uma pós-graduação lato senso, Especialização em Ensino de Ciências Naturais e Matemática. O *Campus* oferta também cursos FIC semestralmente, além de cursos na modalidade EAD. Dessa forma, a oferta de novos cursos a partir das demandas encaminhadas pela comunidade suscitarão do IF Baiano – *Campus* Alagoinhas a ampliação do alcance da Educação Profissional, Científica e Tecnológica no território, contribuindo para a formação humanística e a qualificação técnica da população, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento socioeconômico do Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano.

O IF Baiano – *Campus* Alagoinhas possui uma área total de 57.028,00 m<sup>2</sup>, sem contar a recente incorporação de uma área de 1.200 m<sup>2</sup> situado na parte frontal do Instituto. A área não construída do *Campus*, aproximadamente 50.000 m<sup>2</sup>, é composta por uma Reserva Florestal (20.000 m<sup>2</sup>) com espécies nativas, exóticas e frutíferas, além de culturas sazonais em projetos educativos.

Com relação à estrutura física (6.782 m<sup>2</sup>), o IF Baiano – *Campus* Alagoinhas conta com um prédio administrativo que inclui o auditório, o espaço de conveniência dos estudantes, uma quadra poliesportiva, a sala de professores, a sala de coordenação de cursos, a coordenação pedagógica, a

sala de coordenação de pesquisa e extensão, o consultório psicológico, a reprografia e a biblioteca. Nesses espaços, funcionam serviços indispensáveis de apoio acadêmico, pedagógico e psicossocial aos estudantes dos cursos FICs e EPTNMs.

A biblioteca possui diversos recursos didáticos necessários, além do acervo, como videoteca e computadores com acesso à internet, disponíveis para a comunidade acadêmica do *Campus*. O sistema de consulta e empréstimo do acervo é informatizado, o que possibilita fácil acesso ao acervo pelos discentes e docentes. O acervo é composto por diversos títulos de livros e periódicos específicos das áreas de conhecimentos dos cursos, bem como de áreas afins e transversais. A biblioteca disponibiliza serviço de orientação na normalização de trabalhos acadêmicos.

O *Campus* também possui um prédio pedagógico com catorze salas de aulas com capacidade para quarenta estudantes em cada sala e catorze laboratórios para a realização de aulas práticas. As salas de aula têm projetores disponíveis como recurso didático para as aulas. O *Campus* dispõe ainda de um prédio de refeitório com dois anexos: o Grêmio Estudantil e a lanchonete. Toda a infraestrutura possui Estação de Tratamento de Esgotos (ETE). Os usuários do *Campus* contam com serviço de segurança e garagem para veículos.

Dessa forma, a estrutura material e organizacional do *Campus* atende plenamente às demandas acadêmicas de estudantes dos cursos ofertados, pois além de oferecer boa infraestrutura, o IF Baiano – *Campus* Alagoinhas conta com dispositivos tecnológicos, literários, espaços de convivência dos estudantes e com estruturas de serviços multidisciplinares voltados para o constante atendimento e acompanhamento de estudantes dos cursos.

O alinhamento e promoção de ações e políticas de diversidade e inclusão no *Campus* é função do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), que objetiva planejar e executar ações de inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNEEs. Hoje o *Campus* conta com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que trabalhando de forma articulada junto com os demais núcleos, estimulam a discussão sobre aspectos técnicos, didático-pedagógicos, adequações, quebra de barreiras arquitetônicas, atitudinais e educacionais, bem como sobre as especificidades e peculiaridades de cada necessidade específica, levando não só à reflexão sobre

o papel do educador e da instituição em sua prática pedagógica, mas principalmente, levando à prática da inclusão.

Outro setor de promoção de ações e políticas de diversidade e inclusão no *Campus* é o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI, de natureza propositiva, consultiva e deliberativa voltado para o fomento aos estudos de questões étnico-raciais e desenvolvimento de ações de valorização das identidades afro e indígenas.

## 5. METODOLOGIA

A metodologia do presente Estudo de Demanda está alinhada com a noção de Desenvolvimento Regional Sustentável. De acordo com essa abordagem, é necessário no âmbito do espaço geográfico promover um recorte espacial pois, a partir desta abstração da área de estudo será possível avaliar as interações sociais (materiais e simbólicas) que suscitam uma caracterização, dimensionamento das territorialidades implícitas, identificação dos segmentos a seres contemplados com os produtos de intervenção oriundas deste estudo, em como é possível estimar o de forma adequada o desempenho de produtos e serviços a serem oferecidos pelo Instituto e julgar sua capacidade de absorção e vazão.

Deste modo, procurando a consonância com as demandas dos segmentos sociais da região, o estudo procurou traçar de forma efetiva os caminhos metodológicos para contemplar de forma precisa e objetiva as necessidades levantadas na pesquisa. Para dimensionar espacialmente a pesquisa realizada no Estudo de Demanda, foi necessário trabalhar com o critério de Territórios de Identidade utilizado pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), que reconhece a existência de 27 territórios no Estado, organizados a partir de especificidades regionais, conceituando-os como:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SEPLAN, 2013)

Diante de tal conceituação o Grupo de Trabalho do Estudo de Demanda (GTED), contactou o Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Litoral Norte e Agreste Baiano, afim de estreitar laços e planejar estratégias de diálogo com os diversos grupos sociais do referido território. Essa articulação permitiu compreender em diálogos iniciais quais eram os maiores desafios elencados em âmbito regional. Como deliberação a Equipe de Trabalho começou a se envolver

também nas atividades da CODETER, contribuindo com as pautas regionais, e pela vivência para além dos muros, estreitando os lados com a comunidade.

Sabe-se que o estudo de demanda é documento de fundamental importância para o planejamento da atuação do Instituto Federal Baiano junto à comunidade, pois é a partir dele que o Instituto pode elaborar a implantação de cursos e implementar suas políticas institucionais. Logo, para a realização do mesmo, o Estudo de Demanda do IF Baiano – *Campus Alagoinhas* foi dividido em 4 fases: (1) Estudo das condições socioeconômicas regionais; (2) Análise do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e Catálogo Nacional de Cursos Superiores Tecnológicos pelo GTED; (3) Questionário para uma Pesquisa de Demanda Interna; (4) Questionário para uma Pesquisa de Demanda Externa.

### **5.1 Estudo das Condições Socioeconômicas**

Para realizar o estudo de demanda foi necessário em um primeiro momento, um levantamento de dados primários, históricos e estudos prévios que contemplassem uma abordagem inicial que desse conta de apresentar à equipe o contexto cultural, político, ambiental e socioeconômico da região. Foram consultadas informações disponíveis nos Bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – (SEPLAN).

No tocante a caracterização da dinâmica econômica do território consultamos dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, além de buscarmos informações junto das Secretarias de Agricultura (SEAGRI), de Indústria (SICM), e de outras instituições, municipais. Também foram consultados dados para realização da caracterização do município de Alagoinhas e do *Campus* do IF Baiano presente no mesmo.

### **5.2 Análise dos Catálogos pelo GTED**

Na segunda etapa dos trabalhos, o GTED empreendeu uma análise sobre os documentos formais de implantação dos cursos técnicos no âmbito da Rede Federal de Ensino. Os cursos implantados na educação profissional de nível



médio estão previstos dentro do Catálogo Nacional de Cursos técnicos (CNCT) do Ministério da Educação (MEC), já os cursos superiores de tecnologia precisam estar previstos no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologias (CNCST). Os referidos catálogos, que disciplinam a ofertas de curso dentro da Rede Federal, estão estruturados dentro de 13 eixos tecnológicos, que aportam em si um total de 2015 cursos no CNCT (2021) e 134 cursos no CNCST (2016).

O grupo de trabalho foi dividido em subgrupos menores (duplas e trios) para ler os eixos temáticos que integravam o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, e filtrar possíveis cursos que estivesse em afinidade com a realidade do IF Baiano – *Campus* Alagoinhas. Para realização dessa atividade de filtragem foi elaborado um Barema que orientasse a análise dos cursos, submetendo-os a critérios como: o apelo mercadológico pra região, possibilidade de verticalização, disponibilidade de corpo técnico-docente para atender as demandas do curso, infraestrutura básica do *Campus* e etc.

Os cursos indicados pelos subgrupos foram apresentados ao GTED, considerando experiências internas e externas ao âmbito do IF Baiano, apontando onde os referidos cursos foram ofertados, em qual modalidade e quais os principais aspectos que aplicados ao território do TLNAB atenderiam a articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão. Por fim, os cursos apontados foram utilizados para formular o Questionário de Pesquisa da Demanda Interna. A comissão também elencou os cursos de Licenciatura que, no entender da mesma, precisavam compor o questionário e que em função da existência de duas unidades educativas de ensino superior públicas no território (UNEB – *Campus* II e IF Baiano – *Campus* Catu), não seriam ofertados no escopo do questionário os cursos que já estivessem sendo ofertados pelas referidas unidades.

### **5.3 Questionário da Pesquisa de Demanda Interna**

A terceira etapa da pesquisa teve como objetivo a confecção e aplicação do questionário de pesquisa de demanda para os servidores do IF Baiano – *Campus* Alagoinhas. No entender da comissão era preciso consultar o quadro de servidores para que estes, dentro de suas respectivas visões sobre a infraestrutura do *Campus*, o quadro de pessoal disponível e principalmente, as

dinâmicas sociais do território, pudessem avaliar quais cursos poderiam ser ofertados dentro do IF Baiano – *Campus* Alagoinhas.

Foi construído um questionário bastante objetivo onde iniciaria por temas como “Cursos Técnicos de nível Médio” – sem especificar se estes seriam ofertados na modalidade Integrado, subsequente ou PROEJA –, Cursos Superiores Tecnológicos e Cursos superiores de Licenciatura. Não foram sugeridos, para este formulário cursos de bacharelado, em razão de quê, os cursos de bacharelado, necessitam se articular à uma área técnica específica, e como o *Campus* ainda não dispunha, até o momento de elaboração do questionário, de uma quantidade considerável de turmas, que permitisse ao GTED avaliar uma verticalização para um bacharelado, a mesma optou pela cautela e optou por realizar um estudo específico em azado momento.

No questionário os cursos de nível médio e cursos de nível superior tecnológico foram organizados por eixos convergentes ou próximos, para que compusessem um grupo mais abrangente dentro do questionário, e dessa forma foram organizados 4 grupos convergentes: (a) Ambiente e Saúde / Produção Industrial / Controle e Processos Industriais; (b) Turismo, Hospitalidade e Lazer / Gestão e Negócios / Produção Alimentícia; (c) Produção Cultural e Design / Desenvolvimento Educacional e Social / Informação e Comunicação; (d) Infraestrutura / Recursos Naturais. Em cada etapa do questionário (Nível Médio, Superior Tecnológico e Licenciaturas) podia ser respondida com múltiplas escolhas de opções de cursos, por ordem de relevância para o(a) respondente.

Em função da Pandemia causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2 e da COVID-19, os trabalhos da comissão foram desenvolvidos de forma remota. Deste modo, o questionário teve de ser aplicado virtualmente, e para tal, a plataforma de pesquisa utilizada foi a OPINA, já vinculada a outros questionários feitos pelo Instituto Federal Baiano. O GTED entendeu que por todos os servidores já terem tido acesso aos formulários criados no opina e pela gratuidade da plataforma não haveria maior dificuldade na resolução do questionário.

O tratamento dos dados foi feito utilizando a escala de *Likert*. Esta escala, adotada em farta literatura consagrada, é bastante utilizada para auxiliar em pesquisas de modelagem comportamental. No entender de Silva Júnior & Costa (2014, p. 5), “A escala de verificação de *Likert* consiste em tomar um construto

e desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância”.

Desse modo, para cada curso foi avaliado o grau de concordância do respondente levando em consideração uma gradação nas respostas (Discordo totalmente, discordo parcialmente, não concordo e nem discordo, concordo parcialmente e concordo totalmente). O respondente podia escolher apenas uma das opções de resposta para cada curso.

De acordo com Silva Júnior & Costa (2014, p.5):

“A grande vantagem da escala de *Likert* é sua facilidade de manuseio, pois é fácil a um pesquisado emitir um grau de concordância sobre uma afirmação qualquer. Adicionalmente, a confirmação de consistência psicométrica nas métricas que utilizaram esta escala contribuiu positivamente para sua aplicação nas mais diversas pesquisas”.

Ao fim, para que fosse possível analisar os resultados dentro dos preceitos dessa escala, foram atribuídos sobre os itens valores que iniciavam em 0 (para o item neutro, ou que apontava uma indiferença em relação a pergunta) e aumentava (+1, +2) ou diminuía (-1, -2) conforme a predileção do respondente, até que fosse possível obter uma média dos valores totais avaliados.

Desta forma foi possível construir um “*ranking*” com os 11 curso mais expressivos em nível médio, os 5 das Licenciaturas e os 4 do superior tecnológico. Esses resultados nos permitiram construir o Questionário da pesquisa para aplicação na comunidade externa.

#### **5.4 Questionário da Pesquisa de Demanda Externa**

Como supracitado, em razão da Pandemia foi publicado pela Reitoria do IF Baiano a Instrução Normativa nº 47 de 23 de fevereiro de 2021, que estabelece orientações às unidades do IF Baiano, quando a à condução remota de pesquisas de opinião, de consultas a população e das audiências públicas em razão da situação Pandêmica do novo coronavírus (COVID 19).

Diante do exposto a comissão formulou o novo questionário, também virtual pela plataforma opina. Desta vez o questionário estava mais amplo, haja vista buscava informações socioeconômicas dos respondentes (faixa etária, perfil econômico, naturalidade, etc.), além das questões objetivas (escolha dos cursos). Considerando as questões referentes a inclusão e acessibilidade o

questionário traduzido pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) do IF Baiano – *Campus Alagoinhas*.

Baseado no estudo de Demanda do *Campus Alagoinhas* realizado em 2013, o presente instrumento foi direcionado aos seguintes grupos sociais: (1) Grupo dos Setores econômicos; (2) Grupos pertencentes aos setores educacionais; (3) Grupos pertencentes ao Poder público; (4) Grupos pertencentes a sociedade civil. Esses grupos, subdivididos em categorias, organizações não-governamentais, associações, coletivos e etc., colocariam no horizonte do estudo de demanda, os principais anseios do território.

O questionário ficou disponível de 01 a 31 de maio de 2021, e a divulgação do mesmo foi feita através de redes sociais, e-mail e site institucional, sempre utilizando *cards* aprovados pela Assessoria de Comunicação (ASCOM) do IF Baiano, além de participação nas rádios locais. O GTED contou com apoio dos discentes e servidores do IF Baiano – *Campus Alagoinhas*, membros da CODETER, articuladores territoriais, cooperativas, secretarias de educação e de agricultura dos municípios. Como resultado do processo de divulgação, houveram 673 respondentes ao questionário do IF Baiano – *Campus Alagoinhas*.

## 6. RESULTADOS

A partir da colaboração dos 673 respondentes que participaram deste estudo através da conclusão dos questionários no Opina, será aqui apresentada uma síntese dos resultados obtidos no processo de pesquisa do Estudo de Demanda do IF Baiano – *Campus Alagoinhas*. Cabe lembrar ainda que o questionário foi divulgado em todas as mídias ao alcance da comissão (site oficial, redes sociais, rádios comunitárias, e-mail de instituições públicas, empresas e agentes do poder público, etc.).

A primeira etapa do questionário procura traçar uma caracterização do público respondente. E em um primeiro momento, antes mesmo de buscar fazer uma caracterização socioeconômica, foi investigado se o respondente precisaria de tradução do questionário para a Língua Brasileira de Sinais, garantindo assim a participação inclusiva da comunidade surda no processo de investigação (ver quadro abaixo).

QUADRO 2 – QUANTIDADE DE RESPONDENTES QUE FIZERAM USO DE LIBRAS NO QUESTIONÁRIO

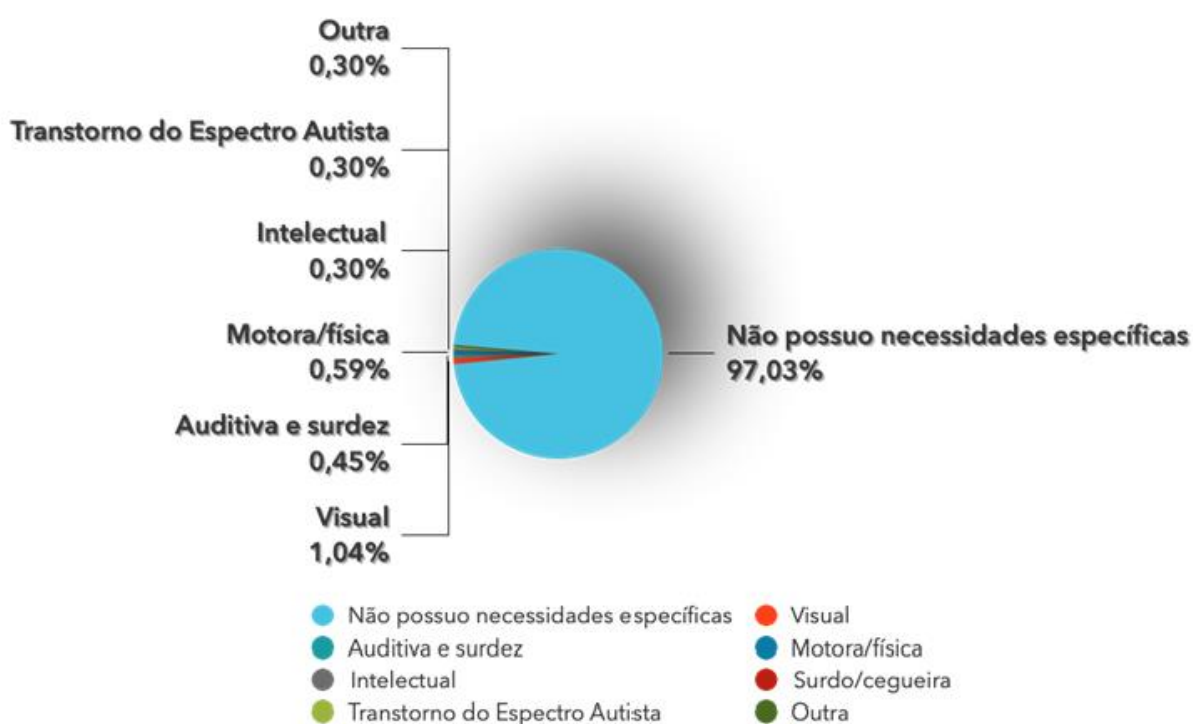
Resposta	Contagem	Porcentagem
Sim	75	11,14%
Não	598	88,86%
Total	673	100%

**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2021.

Dos 673 respondentes, 11,14%, ou 75 respondentes em números absolutos, utilizaram o recurso de tradução/interpretação em Libras, disponível no questionário do estudo de demanda. Esse é um dado bastante interessante, haja vista ao longo dos últimos anos o Instituto Federal Baiano, tem buscado criar as condições materiais e de recursos humanos necessárias, para ampliar suas ações e políticas de acompanhamento e permanência para as pessoas com necessidades específicas.

Ainda dentro desse tema, o questionário buscava identificar se haviam respondentes com necessidades para além dos que optaram pelo questionário com tradução/interpretação em Libras. Havendo este público com necessidades específicas, o questionário dentro de suas limitações, tentou averiguar quais eram essas necessidades (ver gráfico 6).

**Gráfico 6 – Respondentes que possuem necessidades Específicas**

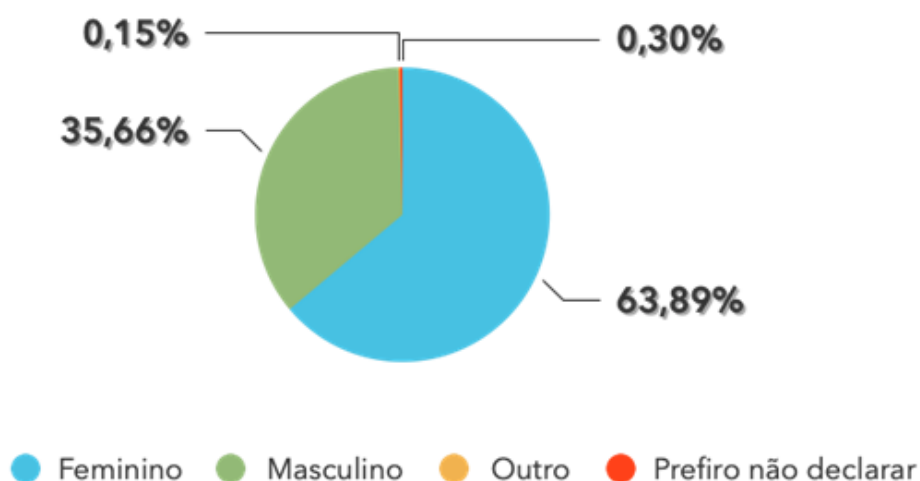


**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2021.

Os resultados apresentados, informam que dentre os respondentes com necessidades específicas, o maior grupo é o de pessoas com deficiências visuais (1,04%), seguido por pessoas com algum tipo de deficiência física/motora (0,59%), e deficiência auditiva e surdez (0,45%). O IF Baiano – *Campus Alagoinhas*, já possui no seu histórico discentes com algum tipo de necessidade específica, e diante disso busca sempre realizar a adequação de seus espaços, políticas e ações buscando a inclusão de sua comunidade.

Procurando, conhecer quais as características de nossos respondentes, quanto ao sexo, o questionário identificou que dos 673 respondentes 430 eram do sexo feminino, aproximadamente 63,89%, enquanto 35,66% dos respondentes eram do sexo masculino (ver gráfico 7).

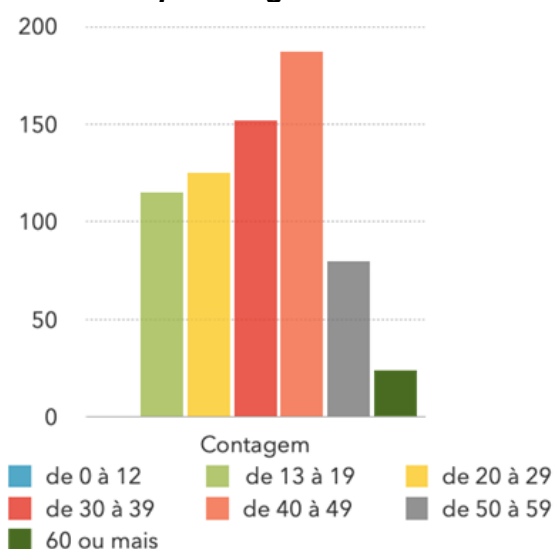
**Gráfico 7 – Distribuição dos Respondentes por Sexo**



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2021.

Outro ponto importante para o escopo da pesquisa era conhecer a faixa etária dos respondentes da pesquisa, o gráfico abaixo ilustra os resultados obtidos:

**Gráfico 8 – Faixa etária dos respondentes do Estudo de Demanda do IF Baiano – Campus Alagoinhas**



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2021.

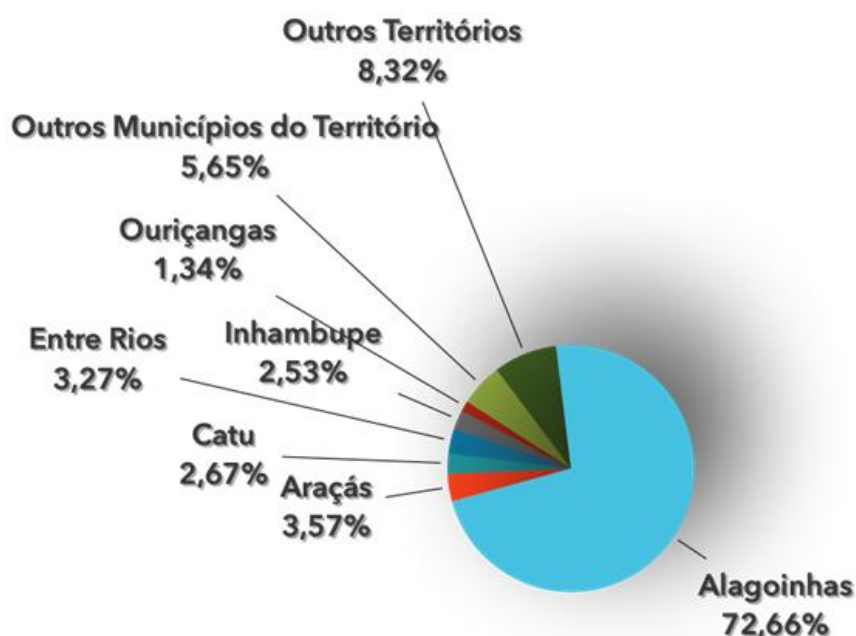
Como foi possível observar pelo gráfico acima, maioria dos respondentes estão na faixa etária de 40 a 49 anos de idade, seguidos pela faixa etária entre 30 a 39. A menor faixa etária a responder o estudo foi entre 60 anos ou mais, e

não houve resposta ao questionário pela faixa etária menor que 12 anos de idade (o que seria interessante, considerando que esta é uma faixa etária transicional dos anos iniciais para os anos finais da educação básica).

No que diz respeito a identificação étnica por autodeclaração, negros e pardos totalizaram o maior grupo dentre os respondentes com 71,47%, ou em números absolutos, 481 indivíduos. O número de pessoas que se declararam brancas foi de 22,29%, seguidos por amarelos (5,05%) e indígenas (1,19%). É importante o registro de respondentes advindos de comunidades indígenas, devido ao fato de termos uma abrangência do território para além das comunidades citadinas ou população rural, mas considerarmos também comunidades tradicionais e povos originários.

O próximo ponto do questionário, ainda no âmbito socioeconômico era saber a origem do respondente, saber em qual referência do espaço regional a pessoa estava inserida, e a partir dela demandar do IF Baiano – *Campus Alagoinhas* algo mais próximo a sua realidade (*ver gráfico 9*).

**Gráfico 9 – Localidade de origem do público respondente do Estudo de Demanda do IF Baiano – *Campus Alagoinhas***



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2021.

Diante das respostas apresentadas, a pesquisa teve 91,68% de seus respondentes residentes no território e 8,32% (56 respondentes em números absolutos),

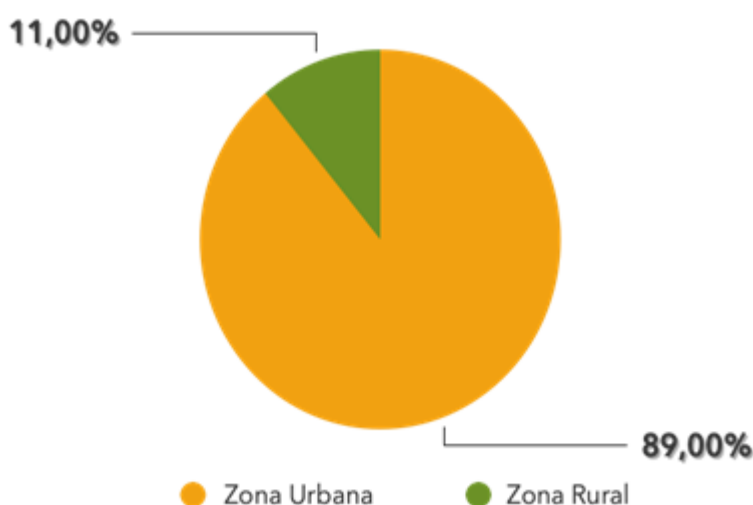


oriundos de outros territórios de identidade como do Baixo Sul, Litoral Sul, Médio Rio das Contas, Piemonte Norte do Itapicuru, Portal do Sertão, Recôncavo e Região Metropolitana de Salvador.

Dos respondentes residentes no TI do Litoral Norte e Agreste Baiano, Alagoinhas registrou 489 questionários, totalizando 72,66% frente ao universo da pesquisa, e foi seguida por Araçás (3,57%), Entre Rios (3,27%), Catu (2,67%) e Inhambupe (2,53%). A partir daí, os demais municípios tiveram números abaixo de 9 respondentes e totalizam juntos 5,65% do universo total da pesquisa. Essa distribuição de respostas está dentro do esperado, haja vista o município de Alagoinhas possui uma população maior que os demais municípios do Território, bem como o *Campus* aí inserido possui maioria de seus discentes residentes no município, o que facilitou mais o processo de divulgação do estudo nessa localidade.

Posteriormente o questionário do Estudo de Demanda buscou informações acerca das condições de habitação dos respondentes, questionando acerca da localidade do domicílio, entre a zona urbana e a zona rural (*ver gráfico 10*).

**Gráfico 10 – condições de habitação do respondente por domicílio**

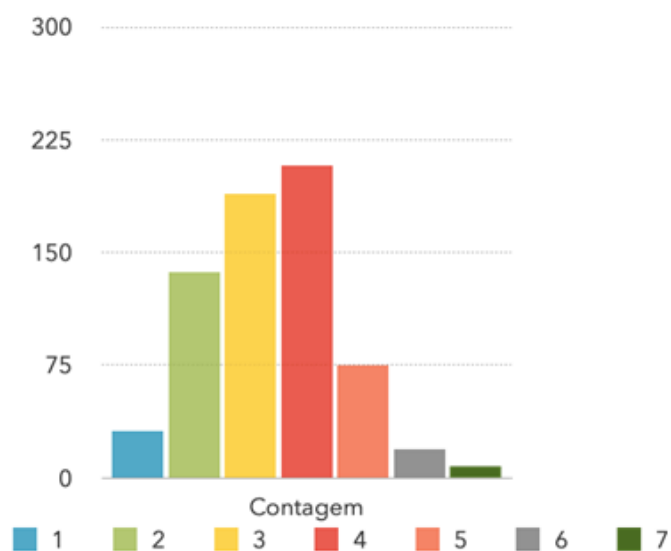


**Fonte:** Dados da pesquisa, 2021.

Os resultados indicam que 89% dos respondentes moram em zona urbana, um total de 599 indivíduos, enquanto 74 indivíduos (ou 11% dos respondentes) residem em zona rural. Esse é um dado muito sensível para o escopo deste estudo, pois revela a disparidade informacional do espaço e dá mais sentido a necessidade de aproximação com o meio rural.

Diante do exposto acima, o questionário buscou saber como era o núcleo habitacional do respondente, tomando informações como a quantidade de moradores por domicílio do respondente (ver gráfico abaixo)

**Gráfico 11 – Número de moradores por domicílio do respondente ao Estudo de Demanda do IF Baiano – *Campus Alagoinhas***



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2021.

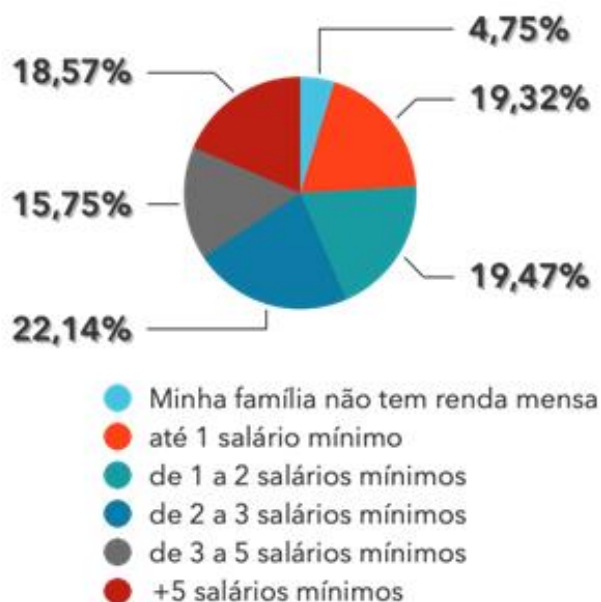
Os resultados apontam que 30,91% das residências possuem até 4 indivíduos, número muito próximo as casas com até 3 indivíduos que ocupam o segundo lugar com 28,08% dos respondentes. Casas acima de 6 indivíduos totalizam menos de 5% no universo total da pesquisa.

Tomando por referência o dado acima, foi necessário questionar a distribuição da renda entre os indivíduos residentes na mesma habitação que o respondente da pesquisa. Para tal, o questionário procurou saber dos respondentes qual a renda mensal do núcleo familiar do indivíduo. Os dados apresentados como resposta indicam que apenas 4,75% dos respondentes não possuem renda familiar mensal.

O percentual de indivíduos que ganham até 1 ou até dois salários mínimos é muito próximo, 19,32% e 19,47% respectivamente. A grande maioria dos respondentes, cerca de 22,14% (ou 149 pessoas, em números absolutos) ganham, somando todos os residentes do domicílio, entre 2 a 3 salários mínimos

mensalmente. Um número bastante expressivo é 18,57% dos respondentes ganham acima de 5 salários mínimos (ver gráfico 12).

**Gráfico 12 – Renda mensal por núcleo habitacional do respondente do Estudo de Demanda do IF Baiano – *Campus Alagoinhas***

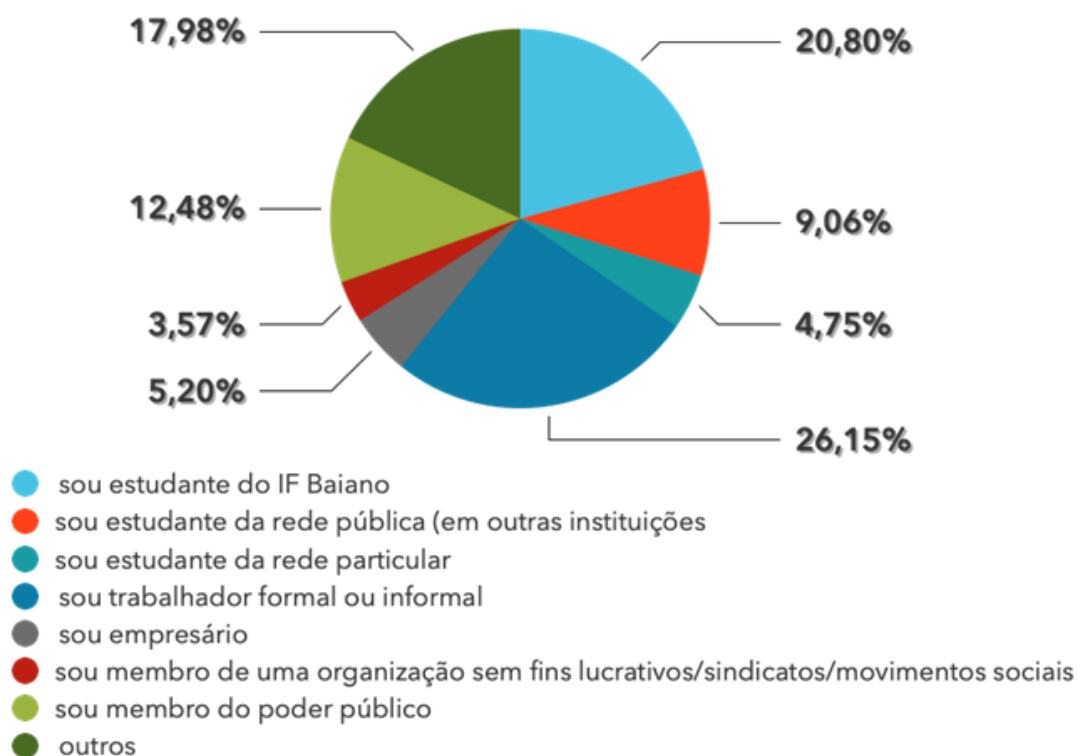


**Fonte:** dados da pesquisa, 2021.

Posteriormente, o questionário busca identificar a qual grupo social está associado o respondente do questionário. No estudo de demanda anterior do IF Baiano – *Campus Alagoinhas* foram destacado 4 grupos sociais em seus questionários (Sociedade Civil, Empresariado, membros do Poder Público e Estudantes), neste estudo de demanda, algumas classes de respondentes foram ampliadas respeitando a estrutura do estudo de demanda passado.

Mantiveram-se iguais as classes dos membros do poder público e empresariado, e foram alteradas a classe da sociedade civil, dividida em membros de organização social (membros de uma organização sem fins lucrativos, sindicatos, movimentos sociais, cooperativas, associações e etc.) e trabalhadores (formais ou informais); outra classe que foi subdividida foi a dos estudantes, abstraída em: a) estudantes do IF Baiano; b) estudantes da rede pública de outras instituições; c) estudante da rede particular de ensino.

**Gráfico 13 – Identificação dos Grupo Sociais respondentes ao Questionário do Estudo de Demanda do IF Baiano – *Campus Alagoinhas***



**Fonte:** Dados da Pesquisa, 2021.

A maior quantidade de respondentes ao questionário esteve no grupo dos estudantes, 233 indivíduos, 34,71% dos respondentes em relação ao universo total da pesquisa. A maior parcela de respondentes foi neste grupo foram de estudantes do IF Baiano (20,80%), seguidos dos estudantes da rede pública oriundo de outras instituições de ensino (9,06) e dos estudantes da rede particular (4,75%).

O segundo grupo com maior percentual de resposta foi o dos trabalhadores e trabalhadoras (formais e informais), que totalizaram 26,15%, 176 em indivíduos em números absolutos, dos respondentes em relação ao universo total da pesquisa. Essa alta participação, dá indícios sobre a procura por capacitação técnica e educação profissionalizante por quem ou já está inserido no mercado de trabalho e busca se qualificar, ou quem ainda não está inserido no mercado de trabalho, e busca se preparar mais para poder se organizar melhor na busca por um emprego.

Em linhas gerais, o terceiro maior grupo respondente foi o dos trabalhadores e trabalhadoras do poder público (12,4%), algo dentro do esperado considerando a quantidade de projetos sociais e ações ao qual o poder público (municipal, estadual e federal) procuram desenvolver no âmbito territorial. Desperta curiosidade e atenção a baixa quantidade de respondentes do setor empresarial, apenas 35 respondentes (5,2%). Se for considerado a importância da contribuição do terceiro setor para o PIB do território, e se for colocado também em destaque que o setor do comércio e serviços de acordo com a RAIS (2019), respondem por 22.671 postos de trabalho no âmbito do território (sem considerar os números da indústria e da agropecuária), o número de respondentes do setor empresarial, poderia ter sido maior. Outro número baixo de respondentes também advém do grupo social vinculado a organizações sem fim lucrativo, sindicatos e movimentos sociais, apenas 24 indivíduos, ou 3,57% em relação ao demais grupos da pesquisa.

Os respondentes também foram solicitados a atribuir notas, segundo a escala de Likert, aos cursos presentes no questionário que eram de Nível Médio, Superior Tecnológico e Licenciaturas. Dessa maneira, eles indicariam a sua escala de preferência por um determinado curso, sem necessariamente excluir outro. Os cursos técnicos mais apontados estão representados na **Tabela 7**, logo abaixo

**Tabela 7 – Cursos de Nível Médio**

<b>Curso</b>	<b>-2</b>	<b>-1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>Total</b>
Técnico em Informática	9	23	38	218	385	<b>947</b>
Técnico em Biotecnologia	10	16	65	200	382	<b>928</b>
Técnico em Sistemas de energias Renováveis	10	20	82	221	340	<b>861</b>
Técnico em Meio Ambiente	17	33	66	214	343	<b>833</b>
Técnico em Tradução e Interpretação de Libras	15	27	96	209	325	<b>802</b>
Técnico em Agroindústria	15	34	88	238	300	<b>774</b>
Técnico em Administração	21	36	88	213	315	<b>765</b>
Técnico em Cervejaria	17	38	103	198	317	<b>760</b>
Técnico em Comércio	17	46	115	232	263	<b>678</b>
Técnico em Produção de Materiais Didáticos Bilingues Português/Libras	25	41	119	210	278	<b>675</b>
Técnico em Panificação	22	58	103	243	247	<b>635</b>

**Fonte:** dados da Pesquisa, 2021.

Com base nos questionários aplicados, observa-se que o curso Técnico em Informática permanece como curso preferido entre os respondentes. O curso Técnico em Informática já havia sido indicado no estudo de demanda passado para o IF Baiano – *Campus* Alagoinhas. Entretanto, a sua diferença para pontuação do curso Técnico em Biotecnologia, que ficou em 2º (segundo) lugar, é pouca. Em 3º (terceiro) lugar aparece o curso Técnico em Sistemas de Energias Renováveis, seguido pelo curso Técnico em Meio Ambiente, em 4º (quarto) lugar. Ambos os cursos dialogam sob a perspectiva de estudos ambientais. Em 5º (quinto) lugar aparece o curso Técnico em Tradução e Interpretação de Libras.

Em 6ª (sexta) colocação aparece o Curso Técnico em Agroindústria, o que é bastante interessante haja vista esse curso já existe e está em funcionamento no IF Baiano – *Campus* Alagoinhas. O destaque advém do fato de, dentre os cursos na linha de produção alimentar ofertados, o curso técnico em Agroindústria foi (novamente) apontado pela comunidade como um curso importante para implantação.

Em 7º (sétimo) lugar está o curso Técnico em Administração, primeiro representante direto do 3º setor econômico a aparecer na pesquisa. Os resultados foram muito próximos do 8º (oitavo) lugar, o curso técnico em Cervejaria, segundo curso na área de alimentos a aparecer na pesquisa. É possível correlacionar a escolha do mesmo tanto com o polo industrial de bebidas implantado na região, quanto com a qualidade de recursos hídricos disponíveis para a produção de bebida.

Em 9ª (nona) posição aparece o curso Técnico em Comércio, que dialoga com o curso Técnico em Administração citado anteriormente. Em 10º (décimo) lugar surge o curso Técnico em Produção de Materiais Didáticos Bilingues Português/Libras. É importante o aparecimento deste curso, devido ao seu diálogo tanto na área técnica com o curso de Tradução e Interpretação de Libras (que ficou em 5º lugar), quanto com a proposição do superior que será discutida mais adiante.

O último curso indicado na área técnica de nível médio, em 11º (décimo primeiro) lugar é o Técnico em Panificação, e dessa forma finalizando o nível médio, sendo que os cursos aí sugeridos podem ser ofertados na modalidade de

curso Integrado ao Nível Médio, subsequentes ou Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Os cursos Tecnológicos de nível superior, foram a segunda parte específica de escolha no questionário do Estudo de Demanda. Os respondentes poderiam, ainda utilizando a escala de Likert, atribuir nota aos cursos de sua preferência, o resultado segue na tabela abaixo.

**Tabela 8 – Cursos Tecnológicos de Nível Superior**

<b>Curso</b>	<b>-2</b>	<b>-1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>Total</b>
Tecnólogo em Produção Industrial	7	24	74	247	331	<b>871</b>
Tecnólogo em Gestão Ambiental	9	27	66	233	338	<b>864</b>
Tecnólogo em Energias Renováveis	9	17	81	238	328	<b>859</b>
Tecnólogo em Agroindústria	8	32	90	256	287	<b>782</b>

**Fonte:** dados da Pesquisa, 2021.

Os resultados apontados indicam em 1º (primeiro) lugar o curso de Produção Industrial; em 2º (segundo) o curso de Gestão Ambiental; em 3º (terceiro) lugar o curso de Energias Renováveis; e por fim em 4º (quarto) lugar o curso em Agroindústria. O interessante dos cursos de nível superior citados aqui, tanto quanto as licenciaturas analisadas adiante, é como eles dialogam com os cursos de nível médio em uma clara proposta de verticalização

**Tabela 9 – Cursos de Licenciatura**

<b>Curso</b>	<b>-2</b>	<b>-1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>Total</b>
Licenciatura em Letras – Libras	15	18	73	234	333	<b>852</b>
Licenciatura em Física	19	26	78	247	302	<b>787</b>
Licenciatura em Geografia	11	30	98	235	299	<b>781</b>
Licenciatura em Ciências Naturais	17	33	82	249	292	<b>766</b>
Licenciatura em Ciências Sociais	26	35	84	235	279	<b>706</b>

**Fonte:** dados da Pesquisa, 2021.

Com relação aos cursos de Licenciatura, o 1º (primeiro) colocado foi o curso de licenciatura em Letras – Libras; em 2º (segundo) lugar o curso de licenciatura em Física; em 3º (terceiro) a licenciatura em Geografia; em 4º (quarto) lugar os respondentes optaram pela licenciatura em ciências naturais; e em 5º (quinto) lugar ficou o curso de licenciatura em Ciências Sociais.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto Federal Baiano é uma instituição de ensino da Rede Federal de Educação Profissional e Técnica que tem como missão ofertar educação profissionalizante, gratuita e de qualidade à população do Estado da Bahia. Para tal, o Estudo de Demanda constitui uma importante ferramenta de consulta à comunidade, em escala local/regional, tornando o processo de escolha e implantação de um determinado curso mais democrático e acessível.

O Estudo de Demanda do IF Baiano – *Campus* Alagoinhas, começou a partir de articulações do Grupo de Trabalho do Estudo de Demanda com as Associações, Conselhos e Colegiados locais e territorial, participando de atividades e espaços de debate. Previsto para acontecer ao longo do ano 2020, o estudo teve de ser conduzido de forma remota, dilatado e também remoto no 1º semestre de 2021 em razão da situação pandêmica do novo Coronavírus (COVID 19). Em Instrução Normativa nº 47/21, publicada pela Reitoria do referido instituto, os trabalhos foram orientados a continuarem de forma remota, inclusive no processo de consulta à comunidade.

Os questionários de consulta foram elaborados a partir de um refinamento dos dados realizado pela comunidade interna em função da avaliação de critérios como corpo técnico administrativo, corpo docente, infraestrutura, disponibilidade de recursos físicos e humanos para dar estrutura a um possível curso.

Em momento posterior, foi elaborado e aplicado um questionário para comunidade externa, repetindo a metodologia utilizada para elaboração do mesmo, valendo-se da escala de *Likert*, para avaliar a preferência da comunidade em relação aos cursos disponibilizados como opção. O questionário teve uma ênfase no público alvo residente no Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano, onde está inserido o IF Baiano – *Campus* Alagoinhas. Este questionário foi disponibilizado na Plataforma virtual OPINA entre os dias 01 a 31 de maio de 2021, e foi respondido por 673 indivíduos.

Os resultados coletados, após tabulados, e organizados ao longo deste estudo, foram expostos de forma concisa. Os cursos sugeridos no Estudo de Demanda do IF Baiano – *Campus* Alagoinhas atendem à uma perspectiva multinível (médio, superior tecnológico e licenciaturas) e estão distribuídos nos eixos de: Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Produção



Alimentícia, Produção Industrial e Recursos Naturais. Deste modo, contemplam as três macroestruturas econômicas apontadas na participação territorial no PIB do Estado.

Assim este Estudo procura apontar alternativas ao referido *campus*, para que este possa ter maior subsídio na implantação de seus cursos, na elaboração e adoção de suas políticas institucionais, bem como na condução de sua relação com a comunidade do Território de Identidade do Litoral Norte e Agreste Baiano. Tendo como pauta a inserção de discussões e decisões nos anseios comunitários, visa garantir uma educação pública gratuita e de qualidade sempre alinhadas com a formação cidadã.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. DF: Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/> Acesso em: 05 de junho de 2021.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação – MEC. Instituições da Rede Federal. DF: Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes> Acesso em: 05 de junho de 2021.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação – MEC. Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST (2016). DF: Brasília. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category\\_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192) Acesso em 19 de novembro de 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação – MEC. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT (2021). DF: Brasília. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cnct-api/catalogopdf> Acesso em 20 de abril de 2021
- \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: MTE, 2017. < <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default> > Acesso em 11 de maio de 2021
- \_\_\_\_\_. Ministério da Economia. Relação Anual de Informações Sociais. Brasília: ME, 2019. Disponível em: < <http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default> > Acesso em 11 de maio de 2021.
- CAR – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. Relatório do projeto Bahia Produtiva. Salvador: 2015. Disponível em <http://www.car.ba.gov.br/projetos/bahia-produtiva> Acesso em 15 de abril de 2021.
- CODETER – Conselho de Desenvolvimento Territorial. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – PTDS: Território Litoral Norte e Agreste Baiano (TLNAB). Alagoinhas: CODETER, 2017. Disponível em: < [https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES\\_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDS\\_Litoral\\_Norte\\_Agreste\\_Baiano.pdf](https://seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-territorial/PUBLICACOES_TERRITORIAIS/Planos-Territoriais-de-Desenvolvimento-Sustentavel-PTDS/2018/PTDS_Litoral_Norte_Agreste_Baiano.pdf) > Acesso em 13 de março de 2021.
- DAMASCENO, José Jorge Andrade. Histórias e memórias da cidade - Alagoinhas nas trilhas da “Era das Ferrovias” – 1856-1896. In: Anais... XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: Santa Catarina, 27 a 31 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438691004\\_ARQUIVO\\_HistoriasememoriasdaCidade-Alagoinhasnastrilhasdaeradasferrovias.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438691004_ARQUIVO_HistoriasememoriasdaCidade-Alagoinhasnastrilhasdaeradasferrovias.pdf) Acesso em 20 de maio de 2021

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico (2000). Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/> Acesso em 20 de abril de 2021.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico (2010). Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/> Acesso em 20 de abril de 2021.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: [https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=29&tema=76330](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=29&tema=76330) Acesso em 26 de abril de 2021

\_\_\_\_\_. Panorama dos municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/alagoinhas/panorama> Acesso em 26 de abril de 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Resultados e Metas, 2019. Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br/> > Acesso em 16 de maio de 2021

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. **Resolução Nº 48, de 17 de dezembro de 2014.** Estabelece normas e procedimentos referentes à criação, alteração, reformulação curricular e extinção de cursos da educação profissional técnica de nível médio de caráter presencial no Instituto Federal Baiano, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa **Nº 47, de 23 de Fevereiro de 2021.** Estabelece orientações às unidades do IF Baiano, quanto à condução remota de pesquisas de opinião, de consultas à população e das audiências públicas, no âmbito do processo de realização de Estudo de Demanda (ED), em razão da situação da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

LOPES, I. B.; GIRALDI, J. M. E. Uma análise das escalas de mensuração do construto “imagem de país”. **Revista Administração em Diálogo**, n. 16, v. 2, p. 142-166, 2014. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/13613> > Acesso em 30 de março de 2021.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Perfil Territorial – Caderno Territorial do Litoral Norte e Agreste Baiano. 2015. Brasília: 2015. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_181\\_Litoral%20Norte%20e%20Agreste%20Baiano%20-%20BA.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_181_Litoral%20Norte%20e%20Agreste%20Baiano%20-%20BA.pdf) Acesso em 14 de abril de 2021.

SANTOS, Leila Carla Rodrigues dos Santos. Da Igreja de Alagoinhas Velha à chegada da PETROBRÁS: auge e decadência dos bens culturais de Alagoinhas/BA. In: VI ENECULT – Encontro de estudos multidisciplinares em

cultura. Salvador: UFBA, 2010. 25 a 27 de Maio e 2010. Disponível em:  
<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24480.pdf> Acesso em 17 de Maio de 2021.

SEPLAN – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA. Territórios de Identidade do Estado da Bahia. 2013. Salvador: 2014. Disponível em:

<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>

Acesso em:

SEI – SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. 2016. Perfil dos Territórios de Identidade - Salvador: SEI, 2016. 3 v. p. (Série Territórios de Identidade da Bahia, v. 2).

\_\_\_\_\_. Indicadores Territoriais: Litoral Norte e Agres Baiano. Salvador: SEI, 2018. Disponível em:

[https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes\\_por/territorio/indicadores/pdf/litoral\\_norteeagrestebaiano.pdf](https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores/pdf/litoral_norteeagrestebaiano.pdf) Acesso em 4 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Indicadores Municipais: Alagoinhas. Salvador: SEI, 2018. Disponível em: <

[http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores\\_2900702.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/indicadores/indicadores_2900702.pdf)>

Acesso em 4 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. PIB per capita, segundo os territórios de identidade do Estado da Bahia, 2016. Salvador, 2018. Disponível em:

[https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes\\_por/territorio/indicadores\\_tematicos/xls/PIB2016\\_GCS\\_4M\\_2019\\_SEI.xls](https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores_tematicos/xls/PIB2016_GCS_4M_2019_SEI.xls) Acesso em 5 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. PIB municipal: valor adicionado, PIB e PIB per capita a preços correntes, Bahia – 2018. Salvador, 2019. Disponível em:

[https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/pib\\_2018.xls](https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/pib_2018.xls) Acesso em 5 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. PIB municipal: Estrutura setorial dos valores adicionados, Bahia – 2018. Salvador, 2019. Disponível em:

[https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/setorial\\_pib\\_2018.xls](https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/setorial_pib_2018.xls)

Acesso em 5 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. PIB municipal por Territórios de Identidade, Bahia – 2018. Salvador, 2019. Disponível em:

[https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/pib\\_territ\\_ident\\_2018.xls](https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/pib_territ_ident_2018.xls)

Acesso em 5 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. PIB municipal por Regiões econômicas, Bahia – 2018. Salvador, 2019. Disponível em:

[https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/pib\\_reg\\_econom\\_2018.xls](https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/xls/municipal/pib_reg_econom_2018.xls)

Acesso em 6 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Índice de Gini, segundo os territórios de Identidade do Estado da Bahia – 2010. Salvador, 2016. Disponível em:  
[https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes\\_por/territorio/indicadores\\_tematicos/xls/IG\\_GCS\\_4M\\_2019\\_SEI.xls](https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores_tematicos/xls/IG_GCS_4M_2019_SEI.xls) Acesso em 6 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Percentual de domicílios com acesso a esgotamento sanitário, por rede geral ou fossa séptica, segundo os territórios de identidade do estado da Bahia, 2010. Salvador, 2016. Disponível em:  
[https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes\\_por/territorio/indicadores\\_tematicos/xls/ES\\_GCS\\_4M\\_2019\\_SEI.xls](https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores_tematicos/xls/ES_GCS_4M_2019_SEI.xls) Acesso em 7 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. Taxa de analfabetismo, segundo os territórios de identidade do estado da Bahia, 2010. Salvador, 2016. Disponível em:  
[https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes\\_por/territorio/indicadores\\_tematicos/xls/TA\\_GCS\\_4M\\_2019\\_SEI.xls](https://www.sei.ba.gov.br/images/informacoes_por/territorio/indicadores_tematicos/xls/TA_GCS_4M_2019_SEI.xls) Acesso em 7 de maio de 2021.

SILVA JÚNIOR, S. D.; COSTA, F. J. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 15, p. 1-16, 2014. Disponível em: <  
[http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Volumes/15/1\\_Mensura%C3%A7%C3%A3o%20e%20Escalas%20de%20Verifica%C3%A7%C3%A3o%20uma%20An%C3%A1lise%20Comparativa%20das%20Escalas%20de%20Likert%20e%20Phrase%20Completion.pdf](http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Volumes/15/1_Mensura%C3%A7%C3%A3o%20e%20Escalas%20de%20Verifica%C3%A7%C3%A3o%20uma%20An%C3%A1lise%20Comparativa%20das%20Escalas%20de%20Likert%20e%20Phrase%20Completion.pdf)> Acesso em 30 de março de 2021.

## Documento Digitalizado Público

### Relatório final do Estudo de Demanda para oferta de novos cursos no IF Baiano - Campus Alagoinhas

**Assunto:** Relatório final do Estudo de Demanda para oferta de novos cursos no IF Baiano - Campus Alagoinhas

**Assinado por:** Isaac Santos

**Tipo do Documento:** Relatório

**Situação:** Finalizado

**Nível de Acesso:** Público

**Tipo do Conferência:** Documento Original e Cópia

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Isaac da Silva Santos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 06/07/2021 15:09:13.

Este documento foi armazenado no SUAP em 06/07/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 228355

**Código de Autenticação:** 7bd4a0e2bb

